



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE MINAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO



**CENTRO DE SAÚDE PÚBLICO VETERINÁRIO EM OURO PRETO:
ARQUITETURA A SERVIÇO DA DIGNIDADE E DO BEM-ESTAR SOCIAL**

LETÍCIA FRANCELINE DO CARMO

Ouro Preto - MG

Março 2026

LETÍCIA FRANCELINE DO CARMO

**CENTRO DE SAÚDE PÚBLICO VETERINÁRIO EM OURO PRETO:
ARQUITETURA A SERVIÇO DA DIGNIDADE E DO BEM-ESTAR SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Arcipreste

Ouro Preto/ MG

Março 2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C287c Carmo, Leticia Franceline do.
Centro de saúde público veterinário em Ouro Preto [manuscrito]:
arquitetura a serviço da dignidade e do bem-estar social. / Leticia
Franceline do Carmo. - 2026.
110 f.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Arcipreste.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola
de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Arquitetura- Hospitais veterinários. 2. Saúde Pública Veterinária. 3.
Animais - Proteção. I. Arcipreste, Claudia Maria. II. Universidade Federal
de Ouro Preto. III. Título.

CDU 72:711.4

Bibliotecário(a) Responsável: Soraya Fernanda Ferreira e Souza - CRB6/2322



FOLHA DE APROVAÇÃO

Letícia Franceline do Carmo

Centro de saúde público veterinário em Ouro Preto/MG: arquitetura a serviço da dignidade e do bem estar social

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Arquitetura e Urbanismo

Aprovada em 23 de fevereiro de 2026

Membros da banca

Profa. Dra. Cláudia Maria Arcipreste - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Silveira - (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Profa. Dra. Raissa Pereira Cintra de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Cláudia Maria Arcipreste, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Maria Arcipreste, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/03/2026, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1071343** e o código CRC **61A96BE2**.

“Se você fizer do Altíssimo o seu abrigo, do Senhor o seu refúgio, nenhum mal o atingirá, desgraça alguma chegará à sua tenda. Porque a seus anjos Ele dará ordens a seu respeito” (Salmos 91:9-11). E assim, “O Senhor enviará bênçãos aos seus celeiros e a tudo o que as suas mãos fizerem; o Senhor, o seu Deus, o abençoará na terra que lhe dá” (Deuteronômio 28:8).

Assim, dedico este trabalho inteiramente Àquele que plantou este sonho em meu coração e que, ao longo do caminho, me fortaleceu, me capacitou e sustentou cada passo até a realização desta conquista;

Amém.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus, autor da minha vida e dos meus sonhos. Foi Ele quem plantou este propósito em meu coração e, ao longo de toda a caminhada, me sustentou, fortaleceu e capacitou para que eu não desistisse, mesmo diante das dificuldades. Cada etapa vencida carrega a certeza de que nunca caminhei sozinha, pois sua presença me guiou e transformou este sonho em realidade. Aos meus pais, expresse minha mais profunda gratidão por nunca terem me subestimado, mesmo diante das dificuldades de aprendizado causadas pela dislexia. Obrigada por sempre se esforçarem ao máximo para que eu tivesse oportunidades que nem sempre estiveram ao alcance de vocês e, principalmente, por acreditarem em mim quando, muitas vezes, eu mesma duvidei. Aos meus irmãos, Eduardo e Matheus, agradeço pelo carinho, pelas risadas, pela leveza nos momentos difíceis e pelo apoio constante, mesmo quando a distância se fez presente. Vocês foram fundamentais para que essa jornada fosse mais leve e cheia de significado.

À minha querida professora de Língua Portuguesa do ensino médio, Dona Rosa, deixo meu sincero reconhecimento e carinho. Em meio a tantos que duvidaram da minha capacidade de ingressar em uma universidade pública, ela acreditou em mim, muitas vezes mais do que eu mesma. Sua confiança e dedicação foram instrumentos transformadores na minha trajetória, ajudando-me a superar limitações e contribuindo diretamente para a conquista da minha aprovação no ENEM.

Agradeço à minha orientadora, Cláudia Maria, pela paciência, dedicação e sensibilidade durante esta etapa tão importante da minha formação acadêmica. Sua orientação foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Estendo minha gratidão a todos os docentes que contribuíram para minha formação, compartilhando conhecimentos, experiências e ensinamentos que levarei para toda a vida.

Aos amigos que a universidade me presenteou, agradeço pelo companheirismo, cuidado, apoio e amizade sincera ao longo dessa jornada. Foram anos marcados por desafios, aprendizados, alegrias, angústias e conquistas, e ter vocês ao meu lado fez toda a diferença para que cada obstáculo fosse superado.

Por fim, agradeço ao meu noivo, que chegou à minha vida em um período de intensas transformações, responsabilidades e encerramento de ciclos importantes. Sua presença me ensinou a importância de desacelerar, respirar, contemplar a beleza e a serenidade do Mundo e confiar nos planos de Deus. Obrigada por caminhar ao meu lado e por sempre me lembrar que, quando Deus coloca um propósito em nossos corações, Ele também nos guia, fortalece e capacita para realizá-lo.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma pesquisa qualitativa que fundamenta a proposta arquitetônica de um **Centro de Saúde Público Veterinário (CSPV)** em Ouro Preto, Minas Gerais. O CSPV caracteriza-se como um equipamento social voltado à promoção integrada do bem-estar animal, da saúde pública e do fortalecimento comunitário, oferecendo atendimento veterinário acessível, campanhas educativas e ações preventivas. A proposta parte do reconhecimento de que cuidar dos animais é também cuidar das pessoas, fortalecendo vínculos sociais e contribuindo para um ambiente urbano mais saudável e humanizado. O projeto recebe o nome **Elo de São Francisco**, referência simbólica que conecta o edifício às raízes culturais ouro-pretanas e à figura de São Francisco de Assis, tradicionalmente associada à proteção dos animais e à harmonia entre as formas de vida, reforçando a compreensão do animal como sujeito social e a relação de interdependência entre seres humanos, animais e cidade. O estudo foi desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico, visitas técnicas e análise crítica do território, permitindo compreender as necessidades locais e identificar diretrizes projetuais, como organização funcional dos ambientes, setorização adequada, valorização das áreas externas sombreadas e criação de espaços de convivência que incentivem a participação comunitária. Durante a investigação, constatou-se que o alto custo dos serviços veterinários e a carência de estruturas públicas permanentes limitam o acesso da população de baixa renda à saúde animal, orientando a concepção de soluções inclusivas, socialmente justas e tecnicamente eficientes. A partir da pesquisa, foi desenvolvido um equipamento público que, além de oferecer atendimentos veterinários e suporte a organizações de proteção animal, contribua para a redução do abandono, o controle populacional e a prevenção de zoonoses. Assim, o **Elo de São Francisco CSPV** pretende consolidar-se como espaço de referência em saúde animal e engajamento comunitário, integrando funcionalidade técnica, sustentabilidade e humanização, reafirmando a arquitetura como instrumento de dignidade e cuidado interespecie.

Palavras-chave: Centro de Saúde Público Veterinário; Saúde Única; Bem-estar animal; Equipamento social; Arquitetura humanizada.

ABSTRACT

This Undergraduate Final Project presents a qualitative research that supports the architectural proposal of a **Public Animal Health Center (Centro de Saúde Público Veterinário–CSPV)** em Ouro Preto, Minas Gerais, Brazil. The CSPV is characterized as a social facility aimed at the integrated promotion of animal welfare, public health, and community strengthening, offering accessible veterinary care, educational campaigns, and preventive actions. The proposal is based on the understanding that caring for animals also means caring for people, reinforcing social bonds and contributing to a healthier and more humanized urban environment. The project is named **Elo de São Francisco**, a symbolic reference that connects the building to the cultural roots of Ouro Preto and to Saint Francis of Assisi, traditionally associated with the protection of animals and harmony among living beings. The name reinforces the understanding of animals as social subjects and highlights the interdependent relationship between humans, animals, and the city. The study was developed through bibliographic research, technical visits, and critical territorial analysis, allowing the identification of local needs and the definition of design guidelines, such as functional organization of spaces, adequate zoning, appreciation of shaded outdoor areas, and the creation of communal spaces that encourage community participation. The research revealed that the high cost of veterinary services and the lack of permanent public facilities limit access to animal health care for low-income populations, guiding the conception of inclusive, socially fair, and technically efficient solutions. As a result, the project proposes the creation of a public facility that, in addition to providing veterinary care and support for animal protection organizations, contributes to the reduction of abandonment, population control, and the prevention of zoonoses. Thus, the **Elo de São Francisco CSPV** aims to consolidate itself as a reference space for animal health and community engagement, integrating technical functionality, sustainability, and humanization, reaffirming architecture as an instrument of dignity and interspecies care.

Keywords: Public Animal Health Center; One Health; Animal welfare; Social facility; Humanized architecture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa.....	12
1.2 Objetivo Geral.....	14
1.3 Objetivos Específicos.....	14
1.4 Metodologia.....	14
2. RELAÇÃO HOMEM-ANIMAL.....	16
2.1 Cuidado Responsável.....	18
2.1.1 Cão.....	19
2.1.2 Gato.....	21
2.2 Entendendo as Questões do Abandono em Ouro Preto.....	22
2.3 ONGs de Proteção Animal no Município de Ouro Preto: O Caso da ONG IDDA.....	25
3. REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	29
3.1 Pesquisa a Campo.....	29
3.1.1 Projeto 01: Castramóvel do Medh Pet.....	29
3.1.2 Projeto 02: CATA - Centro de Acolhimento Transitório e Adoção.....	37
3.1.3 Projeto 03: Resort Pets em Passagem de Mariana.....	44
3.2 Pesquisa Bibliográfica.....	50
3.2.1 Projeto 01: Centro de Cuidados com Animais de Palm Springs.....	50
3.2.2 Projeto 02: Complexo Público Veterinário de Belo Horizonte (CPVBH).....	55
4. PROPOSTA PARA O CENTRO DE SAÚDE PÚBLICO VETERINÁRIO (CSPV) EM OURO PRETO.....	60
4.1 Leitura Crítica do Território.....	60
4.1.1 Critérios de Seleção do Terreno.....	60
4.1.2 O Terreno e suas Condicionantes.....	61
4.1.3 Condicionantes Ambientais e Normativas para o Centro de Saúde Público Veterinário.....	68
4.1.4 Partido Arquitetônico e Diretrizes de Projeto.....	70
4.1.5 Programa de Projeto.....	72
4.1.6 Setorização e Fluxos.....	72
4.2 O Projeto: Memorial Descritivo e Justificativo.....	73
4.2.1 Parâmetros Urbanísticos atingidos.....	74
4.2.2 Diagramas Volumétricos, Fluxos e Insolação.....	76
4.2.3 Setorização dos Platôs.....	78
4.2.4 Decisões Projetuais.....	84
4.2.5 Decisões Ambientais.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	105
REFERÊNCIAS DE IMAGENS.....	110
APÊNDICE.....	110



INTRODUÇÃO

A relação entre seres humanos e animais é uma das mais antigas e significativas formas de convivência da história. Desde a Pré-História, desempenham papéis essenciais — como fonte de alimento, força de trabalho e companhia — e foram gradualmente domesticados por diferentes culturas. A domesticação de cães e ovinos, há cerca de 10 mil anos, contribuiu para a organização social das primeiras comunidades e para a formação de vínculos afetivos interespecies (Reviello, 2020).

Ao longo do tempo, especialmente na Idade Média e na Revolução Industrial, os animais de companhia, como cães e gatos, ganharam relevância simbólica e afetiva nos lares. Hoje, reconhece-se que são seres sencientes, capazes de sentir dor, medo, prazer e alegria, o que amplia a responsabilidade ética e prática de assegurar seu bem-estar (Reviello, 2020; Prada, 2016). Estudos indicam que reagem a estímulos sociais e emocionais, podendo sofrer psicologicamente e apresentar comportamentos complexos — reforçando a importância de ambientes que atendam a necessidades físicas, sociais e emocionais.

No Brasil, o vínculo humano-animal se intensificou nas últimas décadas, acompanhando mudanças culturais, demográficas e econômicas. Estima-se que o país possua 160,9 milhões de animais de estimação — entre cães (62,2 mi), aves ornamentais (42,8 mi), gatos (30,8 mi), peixes ornamentais (22,3 mi) e répteis ou pequenos mamíferos (2,8 mi) —, figurando entre as três maiores populações do mundo (Abinpet; IPB, 2024; Senado Federal, 2024). Entretanto, cerca de 30 milhões vivem em situação de rua, expostos ao abandono, maus-tratos e riscos sanitários (Queiroz *et al.*, 2020), revelando a insuficiência de políticas públicas eficazes. Soma-se a isso o alto custo dos serviços veterinários e a escassez de estruturas públicas permanentes, que dificultam o acesso da população de baixa renda à saúde animal — um desafio identificado como central para a concepção deste projeto.

Em Ouro Preto (MG), cidade de relevante valor histórico e urbanístico, a relação entre a população e os animais remonta ao período colonial, quando bois, cavalos e burros eram fundamentais para o transporte e abastecimento das vilas mineradoras, especialmente nas rotas de escoamento do ouro (História Antiga, 2025). Atualmente, cães e gatos convivem com famílias, inclusive em áreas carentes de serviços veterinários, oferecendo suporte socioemocional e fortalecendo os laços comunitários. Embora existam diversas iniciativas



voltadas à assistência veterinária, mais de 80% delas são privadas e com valores inacessíveis¹ para a população mais vulnerável, evidenciando, assim, a insuficiência de políticas públicas estruturadas. A ausência de ações efetivas mantém elevado o risco de abandono e zoonoses, impactando diretamente a saúde coletiva.

Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de espaços públicos de atendimento veterinário, acolhimento de animais e apoio a comunidades em situação de vulnerabilidade. Como observa Schneider (2015), projetos de clínicas e hospitais veterinários devem unir funcionalidade técnica, humanização e bem-estar para tutores, profissionais e animais. Assim, a arquitetura assume papel estratégico ao integrar demandas clínicas, sociais e afetivas.

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma proposta arquitetônica para um Centro de Saúde Público Veterinário em Ouro Preto, concebido como equipamento social voltado à promoção do bem-estar animal, da saúde pública e do apoio a ONGs e comunidades de baixa renda. A iniciativa parte do princípio de que cuidar dos animais é também cuidar das pessoas, fortalecendo dignidade, pertencimento e cidadania interespecie.

1.1 Justificativa

Nas últimas décadas, a relação entre seres humanos e animais passou a ser discutida em múltiplos contextos — ético, ambiental, sanitário e social. Organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a World Organisation for Animal Health (WOAH), consolidaram o conceito de “Saúde Única” (One Health), reconhecendo a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental (Prada, 2016, p. 10). Essa abordagem ganha relevância diante do aumento das zoonoses, do abandono urbano de animais e do reconhecimento científico de que cães e gatos são seres sencientes, com direito ao bem-estar físico e psicológico (Reviello, 2020, p. 15).

No Brasil, estima-se que cerca de 30 milhões de cães e gatos vivem em situação de abandono, sendo 81,5% dos casos compostos por cães adultos sem raça definida (Cobasi, 2023). Esse cenário impacta diretamente a saúde pública, a segurança urbana e o equilíbrio ambiental, afetando especialmente populações socialmente vulneráveis em cidades médias e

¹ Dados obtidos em pesquisa de campo realizada pela autora (2025)



pequenas, onde políticas públicas estruturadas e serviços veterinários gratuitos ainda são insuficientes (Queiroz *et al.*, 2020, p. 4; Costa, 2015, p. 22).

Em nível local, o município de Ouro Preto (MG) reflete essa problemática nacional. Em 2018, sua população doméstica era estimada em 14.300 cães e 5.500 gatos, número equivalente a quase um terço da população humana (MPMG, 2018). Apesar da existência do Centro de Acolhimento Transitório e Adoção (CATA) e do Centro de Castração de Cães e Gatos (CCCG), ambos enfrentam limitações estruturais, baixa rotatividade nas adoções e frequentes episódios de superlotação (Gomes, 2022, p. 16-19). Casos emblemáticos, como o lixão da Rancharia — onde cães abandonados disputam restos de alimentos e chegam a consumir chorume — evidenciam os riscos sanitários e ambientais (Peixoto, 2020, citado por Gomes, 2022, p. 16-19).

Diante desse contexto, a implantação de um Centro de Saúde Pública Veterinária em Ouro Preto justifica-se como um equipamento social estratégico, capaz de articular saúde pública, bem-estar animal e apoio comunitário. Sua implantação visa principalmente ampliar o acesso da população de baixa renda aos serviços veterinários, contribuindo para a redução do abandono e da transmissão de zoonoses na cidade. Além disso, ao oferecer suporte a ONGs e grupos voluntários que já atuam em prol dos animais em situação de rua, o centro poderá fortalecer essas iniciativas locais, potencializando os resultados no controle populacional e diminuindo o número de animais nas ruas. Planejado para ser um espaço acolhedor e funcional, o projeto também incorpora, de forma complementar, a possibilidade de promover práticas educativas de conscientização ambiental e guarda responsável, gerar empregos na área e proporcionar um ambiente de convívio comunitário mais humanizado, reforçando a função social da arquitetura enquanto promotora de dignidade, cidadania e inclusão interespecie.

Assim, este projeto fundamenta-se não apenas na necessidade de infraestrutura veterinária acessível, mas também em seu papel social e ambiental, fortalecendo políticas públicas locais e colaborando para o equilíbrio entre saúde humana, animal e ambiental em Ouro Preto.



1.2 Objetivo Geral

Compreender de que forma a arquitetura pode contribuir para a promoção da saúde animal, a redução do abandono e o fortalecimento de equipamentos sociais urbanos no município de Ouro Preto (MG), por meio da elaboração de uma proposta arquitetônica para um Centro de Saúde Pública Veterinária que integre bem-estar animal, saúde pública e apoio a iniciativas comunitárias.

1.3 Objetivos Específicos

- **Mapear** as necessidades dos animais, tutores e comunidade de Ouro Preto, identificando fatores sociais, culturais e econômicos que contribuem para o abandono.
- **Avaliar** a viabilidade de implantação do Centro de Saúde Pública Veterinária, considerando a adaptação de edificações existentes ou a construção de novo equipamento.
- **Analisar** o marco legal e as políticas públicas de saúde animal e proteção social para garantir conformidade normativa.
- **Desenvolver projeto arquitetônico a partir de** diretrizes arquitetônicas sustentáveis que integrem conforto ambiental, funcionalidade, acessibilidade e inclusão comunitária, promovendo bem-estar animal e saúde pública.

1.4 Metodologia

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, estruturada em cinco frentes complementares:

1. Pesquisa Bibliográfica – Levantamento de livros, artigos, legislações e documentos institucionais sobre bem-estar animal, guarda responsável, saúde pública, arquitetura sensível, equipamentos sociais e vulnerabilidade urbana, para embasar as diretrizes projetuais.

2. Pesquisa de Campo para Estudos de Caso – Visitas técnicas a clínicas veterinárias públicas e privadas de Ouro Preto, incluindo CATA, UVZ e ONGs (IDDA, AOPA e Resort Pets), para analisar estruturas, funcionamento e desafios no acesso aos serviços por populações de baixa renda.



3. Estudo de Referências Projetuais – Análise de projetos nacionais e internacionais de clínicas e centros de apoio, identificando diretrizes de fluxos, setorização, acessibilidade, conforto ambiental e integração urbana aplicáveis à proposta.

4. Análise do Território e Desenvolvimento do Projeto – Realização de levantamento e mapeamento dos equipamentos e serviços voltados à saúde animal em Ouro Preto, identificando carências, sobreposições e agentes atuantes, aliado à avaliação dos aspectos urbanos, ambientais e legais para seleção do terreno. A partir desse diagnóstico, foi desenvolvido o projeto arquitetônico até a etapa de estudo preliminar, alinhado às necessidades locais, às normas vigentes e aos objetivos sociais e ambientais da proposta, etapa na qual foram definidos o partido arquitetônico, a organização espacial e as principais estratégias ambientais da edificação.



2. RELAÇÃO HOMEM-ANIMAL

Ao abordar a relação entre animais e homem, é importante considerar que a evolução dos seres humanos trouxe mudanças significativas ao longo do tempo. Segundo Bestas (2015, p. 17 apud Sales, 2017), o desenvolvimento do Estado e das classes sociais ocorreu gradualmente ao longo de milhares de anos. Até cerca de 10.000 a.C., as práticas iniciais de agricultura e domesticação animal eram simples, intensificando-se a partir de 3.000 a.C. Nesse período, os animais passaram a ser utilizados não apenas para alimentação, mas também para transporte e para a obtenção de vestimentas, como lã e couro. Essa transformação levou à formação de grandes rebanhos e ao desenvolvimento de uma domesticação sistemática e seletiva, que tornou esses animais física e comportamentalmente distintos de seus ancestrais selvagens.

Durante a Idade Média e o Renascimento, predominou no Ocidente uma visão fortemente antropocêntrica, na qual os animais eram considerados recursos subordinados à vontade humana, utilizados para trabalho, consumo ou ornamento (Andrade; Berto, 2023). Essa perspectiva foi reforçada por tradições filosófico-religiosas que atribuíam racionalidade exclusivamente aos seres humanos, legitimando práticas exploratórias sem considerar a sensibilidade dos animais.

O avanço das neurociências e da etologia nos séculos XX e XXI evidenciou a sentiência animal — a capacidade de sentir dor, prazer e sofrimento (Simhhanimal, 2016 apud Prada, 2016). Esse reconhecimento impulsionou debates éticos e legais, resultando em legislações protetivas e na consolidação das famílias multiespécies, nas quais cães e gatos integram o núcleo familiar, promovendo o bem-estar emocional e social dos tutores (Andrade; Berto, 2023). Ademais, estudos recentes comprovam que a convivência com animais de companhia reduz estresse, ansiedade e depressão, além de estimular empatia e senso de responsabilidade (Oliveira, 2019).

A relação humano-animal afeta diretamente a saúde pública, pois abandono, manejo inadequado e falta de políticas eficazes favorecem a disseminação de zoonoses e aumentam acidentes urbanos, como mordeduras e atropelamentos de animais (Alves *et al.*, 2013). No Brasil, avanços como a Lei nº 14.064/2020, que agrava penas por maus-tratos, e as diretrizes



do CONCEA dependem, contudo, de programas contínuos de educação, esterilização e cooperação entre poder público e sociedade civil para sua efetividade (Oliveira, 2019).

No contexto local de Ouro Preto, identificam-se três padrões de interação entre seres humanos e animais domésticos (**Tabela 01**), sendo o primeiro caracterizado por uma convivência afetiva intensa, na qual cães e gatos circulam livremente pela residência, inclusive em camas e sofás, refletindo uma integração familiar plena. O segundo corresponde a uma prática permissiva e tradicional, em que os animais têm acesso às ruas e permanecem em casinhas externas — situação que os expõe a riscos como acidentes, maus-tratos e transmissão de zoonoses — além de gerar impactos urbanos, a serem discutidos no capítulo seguinte. Entre esses extremos, identifica-se um padrão intermediário, com os animais dentro de casa durante o dia, mas com acesso restrito a sofás e camas, sendo direcionados para dormir em espaços externos à noite.

Esses modos de interação refletem a diversidade das relações humano-animal em contextos urbanos, variando entre vínculos afetivos profundos, arranjos utilitários e formas híbridas de convivência (Sales, 2017, p. 60; Sayuri; Pimenta, 2009, p. 13)

Tabela 01 – Padrões de convivência humano-animal em Ouro Preto

Padrões de convivência humano-animal em Ouro Preto		
Padrão	Características	Riscos e Impactos
Afetiva plena	Integração total ao núcleo familiar, acesso irrestrito à casa	Menor risco externo, mas possível aumento de zoonoses domésticas
Tradicional/permissiva	Acesso livre às ruas e abrigos externos	Alto risco de atropelamentos, maus-tratos e transmissão de zoonoses
Intermediária	Acesso controlado à casa, dormem em áreas externas	Risco moderado, depende do manejo e das condições de abrigo

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

As práticas urbanas refletem diferentes formas de sociabilidade animal, entre vínculos afetivos e posse tradicional. Simon (2022) aponta que o planejamento urbano frequentemente

ignora os animais como agentes da cidade. Não sendo diferente em Ouro Preto, onde essas práticas influenciam o bem-estar animal e a saúde pública.

Compreender essas relações é essencial para criar políticas e intervenções arquitetônicas, como centros veterinários e espaços multiespécies, que promovam uma cidade histórica mais ética e sustentável.

2.1 Cuidado Responsável

O bem-estar animal refere-se ao estado físico e psicológico do animal, relacionado à sua capacidade de adaptação ao ambiente (Broom, 1986, p. 524). Esse conceito é fundamental para orientar políticas públicas, práticas de manejo e projetos arquitetônicos que promovam saúde animal e equilíbrio social e ambiental. O princípio do bem-estar animal baseia-se nas Cinco Liberdades (**Figura 01**), propostas originalmente no Relatório Brambell (1965) e atualizadas por Mellor (2016, p. 17), que incluem a liberdade de fome e sede, desconforto, dor e doenças, expressão de comportamentos naturais, além de medo e estresse. Essas diretrizes fundamentam a guarda responsável e o planejamento de abrigos e centros públicos de atendimento.

Figura 01: As Cinco Liberdades de um Animal a ser Considerada em Ordem de Prioridade



Fonte: BLOG PETIKO (2020). Bem-Estar Animal: 5 Liberdades a Serem Respeitadas. Disponível em: <https://blog.petiko.com.br/bem-estar-animais-5-liberdades/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

Conforme o Guia Internacional de Manejo e Controle Populacional de Cães e Gatos (ICAM, 2007, p. 15-18), a observância das Cinco Liberdades requer ambientes adequados em espaço, higiene, ventilação, drenagem, proteção contra intempéries, controle sonoro e enriquecimento ambiental. Abrigos superlotados ou mal projetados comprometem o bem-estar, elevam a incidência de doenças, intensificam o estresse e prejudicam a socialização. Sampaio *et al.* (2018, p. 5, tradução da autora) corroboram essa perspectiva:

Espaços pequenos e superlotados deixam os animais entediados e frustrados, pois o movimento é restrito, o que limita seu comportamento exploratório natural

Ambientes inadequados, como os característicos de Ouro Preto — com clima frio e úmido, espaços externos restritos e pouca incidência solar — comprometem o bem-estar físico e psicológico dos animais, favorecendo doenças e comportamentos agressivos. O Centro de Saúde Público Veterinário proposto neste TCC visa alinhar práticas clínicas às diretrizes de bem-estar, além de promover educação para tutores de ambientes pequenos, incentivando a guarda responsável e a prevenção de enfermidades. Assim, focam-se nas especificidades de cães e gatos, predominantes no contexto doméstico urbano e alvo das ações em saúde pública animal.

2.1.1 Cão

O bem-estar dos cães depende do atendimento de suas necessidades físicas, emocionais e sociais, incluindo saúde, segurança e estímulos para a expressão de comportamentos naturais (Alves *et al.*, 2013, p. 75). Ambientes enriquecidos, com estímulos sensoriais, brinquedos e áreas externas para recreação, reduzem o estresse e prevenir comportamentos indesejados, como latidos excessivos e destruição de objetos (Wells, 2004, p. 307-317). Além disso, o ICAM (2007, p. 16) destaca que os espaços destinados a cães devem garantir ventilação natural, iluminação adequada, drenagem eficiente, isolamento acústico, setorização entre animais sadios e doentes e fluxos que evitem contaminação cruzada (**Figura 02**).

Figura 02: Exemplo de Playground para Cachorros

Fonte: NEWS TEC (—, [s.d.]). Disponível em: <https://news.tec.br/como-fazer-um-playground-para-cachorro/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

Quando não atendidas, essas demandas geram comportamentos agressivos, estereotípias, ansiedade e maior vulnerabilidade a doenças infecciosas. Ambientes úmidos e superlotados, frequentes em residências pequenas ou abrigos improvisados, favorecem enfermidades respiratórias e dermatológicas, comprometem a socialização e elevam as taxas de abandono (Sampaio *et al.*, 2018, p. 5). Essas constatações estão em consonância com Santos Neto (2023, p. 29-37), que enfatiza como a ausência de enriquecimento ambiental e de setorização adequada em abrigos compromete o bem-estar físico e psicológico dos cães, favorecendo estresse crônico, doenças e dificuldades de socialização.

Nesse contexto, o Centro de Saúde Público Veterinário proposto neste TCC é dotado de áreas amplas e setorizadas para cães, com ventilação cruzada, iluminação natural, espaços externos para recreação e fluxos lineares de manejo, visando à redução do estresse e dos riscos sanitários. Adicionalmente, funciona como espaço educativo, orientando tutores residentes em espaços restritos sobre enriquecimento ambiental e cuidados preventivos, contribuindo para a diminuição do abandono e a promoção do bem-estar animal urbano.

2.1.2 Gato

O bem-estar dos gatos depende da satisfação de suas necessidades físicas, emocionais e comportamentais. Estes animais requerem segurança territorial, ambiente previsível e oportunidade para expressar comportamentos naturais, essenciais ao equilíbrio psicológico e físico (Machado *et al.*, 2019, p. 3). A manutenção de rotinas estáveis e estímulos adequados previne estresse crônico e doenças.

Para tanto, os ambientes destinados aos gatos devem ser higienizados, silenciosos e enriquecidos (**Figura 03**). Prateleiras, nichos, áreas de refúgio, além de telamento e contenção de janelas e varandas, são indispensáveis para evitar fugas e acidentes, possibilitando a exploração vertical, característica natural dos felinos (ICAM, 2007, p. 16-18). Castração e microchipagem complementam as medidas, sendo fundamentais para controle populacional e localização em casos de perda.

Figura 03: Exemplo de Playground para Gatos



Fonte: DIAS, Claudia (2020). *Felinos reinam: como ter um playground para gatos dentro de casa*. UOL Nossa Casa. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2020/09/22/felinos-reinam-como-ter-um-playground-para-gatos-dentro-de-casa.htm>. Acesso em: 6 ago. 2025.



Ambientes inadequados, especialmente aqueles que não atendem às necessidades específicas dos gatos, podem causar riscos como envenenamento, desaparecimento, acidentes, maus-tratos e zoonoses, além de estresse crônico devido a locais ruidosos ou úmidos (Machado *et al.*, 2019, p. 6-7). Nesse sentido, Santos Neto (2023, p. 34-36) reforça que a ausência de estruturas verticais, esconderijos e áreas seguras para exploração compromete diretamente o bem-estar dos felinos, favorecendo o estresse e dificultando sua adaptação ao convívio humano. Em Ouro Preto, o clima frio e úmido, aliado a residências com varandas pequenas e pouco ensolaradas, agrava esses problemas, dificultando a manutenção de ambientes domésticos adequados e aumentando a incidência de doenças respiratórias, dermatológicas e distúrbios psicológicos.

O Centro de Saúde Pública Veterinária proposto neste TCC contam com setores específicos para gatos, contemplando isolamento acústico, climatização controlada, iluminação difusa, enriquecimento vertical e rotas de fuga internas, além de atuar como equipamento educativo para orientar tutores na adaptação do ambiente, minimização do estresse e prevenção de doenças, conforme recomendações do ICAM (2007) e os princípios das Cinco Liberdades.

2.2 Entendendo as Questões do Abandono em Ouro Preto

A relação da população de Ouro Preto com os animais domésticos revela fragilidades na guarda responsável e baixa conscientização sobre direitos e bem-estar animal, refletindo uma cultura de adoção impulsiva e abandono naturalizado (Sales, 2017). O município conta com programas de castração, vacinação e controle populacional, porém são pouco divulgados e carecem de transparência, o que limita a avaliação de sua eficácia e o engajamento comunitário. A ausência de campanhas educativas contínuas mantém o ciclo de negligência e desinformação, inclusive quanto às zoonoses, cuja gravidade é subestimada. Estima-se a presença de 14.300 cães e 5.500 gatos na cidade, quase um terço da população humana (Gomes, 2022).

Embora haja intervenções voltadas ao bem-estar animal, a maioria atende exclusivamente animais de rua ou depende de clínicas privadas, com custos incompatíveis com a renda de grande parte da população. O levantamento de equipamentos e serviços de



atenção à saúde animal (**Tabela 02**) confirma essa limitação: ONGs como AOPA e IDDA concentram-se no resgate, castração e adoção de animais em situação de rua, enquanto unidades públicas, como o Centro de Castração de Cães e Gatos (CCCG) e o Centro de Acolhimento Transitório e Adoção (CATA), oferecem serviços restritos, também direcionados prioritariamente a animais errantes. Além de funcionarem com capacidade limitada, esses equipamentos enfrentam superlotação e demanda reprimida, o que evidencia a necessidade de ampliação de recursos e serviços voltados também a animais de famílias de baixa renda.

Tabela 02 – Levantamento de Equipamentos e Serviços de Atenção à Saúde Animal

Levantamento de Equipamentos e Serviços de Atenção à Saúde Animal – Ouro Preto					
Cidade	Tipo	Nome	Serviços/Descrição	Contato	Endereço
O U R O P R E T O	ONGs	AOPA	Resgates, castração, adoção	Facebook, Instagram	Não informado
		IDDA – Instituto de Defesa	Resgates, adoção, castração, fiscalização	Instagram	Não informado
	Clínica Veterinária Pública	Unidade de Vigilância de Zoonoses	Castração gratuita, vacinação, recolhimento, microchipagem	(31) 3559-1802	Rua da Antena, s/n – Morro São Sebastião
		CATA – Centro de Acolhimento Transitório	Castração, microchipagem, adoção, atendimento básico	(31) 3559-1802	Rua Benedito Valadares, 365 – Rosário
		CCCG – Centro de Castração de Cães e Gatos (entidade vinculada à UVZ – Unidade de Vigilância de Zoonoses)	Castração gratuita de cães e gatos (rua, comunitários e tutorados). Microchipagem, vacinação e devolução de animais de rua seguindo protocolo RED. Apoio ao controle populacional e educação sobre posse responsável.	(31) 3559-3250; secundário: (31) 99674-8937	Não se saber ao certo, mas no site da prefeitura disponibiliza o seguinte endereço: Rua Mecânico José Português, nº 240, bairro São Cristóvão, Ouro Preto – MG — localizado nos fundos da sede da Secretaria Municipal de Saúde ou na UVZ



Clínica Veterinária Privada	Clínica Veterinária Ouro Preto	Consultas, cirurgias, exames, urgência	(31) 3551-6413 (31) 3551-3188	Rua Benedito Valadares, 365 – Rosário
	Ânima Clínica Veterinária	Consultas, exames, internação, cirurgias	(31) 3105-2857	Rua José Aureliano Leocádio, 19 – Bauxita
	Clínica Veterinária Habitat	Atendimento clínico geral, exames, internação	(31) 3191-6152	Rua Tomé Afonso, 88 – Água Limpa
	Peludos Cão e Gato	Consultas, vacinas, cirurgias, exames	Não informado	Não informado
	Big Dog Veterinária	Serviços veterinários, e produtos para animais	(31)999918306	R. Benedito Valadares, 347 - Ouro Preto, MG, 35400-000
	Veterinária Garibaldi	Serviços veterinários, e produtos para animais com preço acessível	(31)984550633	Av. Juscelino Kubitscheck, 350 - Bauxita, Ouro Preto - MG, 35400-000
Pet Shop	Mundo Encãotado	Banho, tosa, creche, pet shop	Não informado	Não informado
	PurePetz Clínica e Pet Shop- tem 3 em toda a Cidade	Banho e tosa premium, produtos, serviços veterinários	Não informado	Não informado
	Pet Shop Big-Dog	Venda de filhotes, banho e tosa	Não informado	Não informado
	Bicho de Ouro	Banho e tosa, produtos para pets	Não informado	Não informado
	Planeta Animal	Banho, tosa, produtos	Não informado	Não informado
	Veterinária e Pet Shop Cão e Gato	Serviços veterinários, pet shop	Não informado	Não informado
	Veterinária Inconfidentes	Banho e tosa, produtos, filhotes, serviços veterinários	(31) 3551-1342	Rua Dom Vidal, 45 – Rosário
Intervenções Públicas	Conselho Municipal de Proteção e Defesa Animal	Fiscalização de políticas públicas de bem-estar animal, ações de proteção e defesa dos direitos dos animais. Referência: Criado em 2023 para supervisionar e implementar	Não especificado	Não especificado



	(CMPDA)	políticas públicas voltadas aos animais.		
	Campanhas Educativas e de Conscientização (ex: Abril Laranja)	Campanhas contra maus-tratos, conscientização sobre guarda responsável e adoção de animais. Referência: Campanhas promovidas pela Prefeitura de Ouro Preto e outras entidades.	Não especificado	Não especificado

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações coletadas a campo e no mercado (2025)

A legislação municipal e estadual protege os animais contra maus-tratos, mas a fiscalização insuficiente e a ausência de campanhas educativas permanentes comprometem sua efetividade. O abandono animal acarreta impactos sanitários, sociais e ambientais, elevando riscos de zoonoses e acidentes, além de comprometer a limpeza urbana e a imagem turística da cidade. A atuação pública, majoritariamente reativa, gera custos sociais e financeiros elevados, enquanto ONGs e protetores independentes assumem grande parte da responsabilidade, muitas vezes com recursos escassos.

Para enfrentar esses desafios, são necessárias fiscalização eficaz, ampliação dos serviços de castração e vacinação, campanhas educativas e maior transparência nos resultados para estimular o engajamento comunitário. A integração entre poder público, sociedade civil e iniciativa privada é fundamental para transformar a cultura local e combater o abandono.

Nesse contexto, este TCC propõe a implantação de um Centro de Saúde Pública Veterinário, que visa oferecer atendimento acessível, fortalecer políticas de guarda responsável e prevenir o abandono, articulando bem-estar animal, saúde pública e valorização urbana e turística numa abordagem integrada e humanizada.

2.3 ONGs de Proteção Animal no Município de Ouro Preto: O Caso da ONG IDDA

Diante da carência de políticas públicas estruturadas para a saúde e o bem-estar animal em Ouro Preto e região, organizações da sociedade civil têm exercido papel crucial na mediação entre comunidade e cuidado animal. Destaca-se a ONG IDDA (Instituto de Defesa dos Direitos dos Animais), que atua voluntariamente no município por meio de frentes de trabalho autogeridas.



A atuação da IDDA abrange Ouro Preto e Mariana, organizando-se em catorze frentes principais (**Tabela 03**), que incluem resgate de animais em risco ou abandono, atividades educativas, gestão, articulação institucional e conscientização pública.

Tabela 03 – Padrões de convivência humano-animal em Ouro Preto

Frentes de atuação da ONG IDDA	
Categoria	Frentes de Atuação
Resgates e Adoção	1. Resgate direto de animais em risco; 2. Atendimento a solicitações de resgate feitas pela população; 3. Manutenção de lares temporários; 4. Organização de eventos de adoção, com animais vacinados, castrados e acompanhados pós-adoção.
Educação e Conscientização	5. Ações educativas em escolas, promovendo empatia e responsabilidade; 6. Acompanhamento de cães comunitários, sobretudo em áreas universitárias; 7. Instalação de casinhas comunitárias e incentivo a abrigos improvisados.
Gestão e Recursos	8. Mobilização de recursos por doações, vendas de produtos e apoio eventual do poder público; 9. Controle documental e administrativo da ONG; 10. Parcerias com médicos-veterinários para atendimento acessível; 11. Realização de bazares comunitários.
Articulação Institucional	12. Visitas e fiscalização ao canil municipal, com denúncias em casos de irregularidades; 13. Mutirões para banho e higiene de animais em situação de rua; 14. Participação nas reuniões do Conselho Municipal de Proteção Animal.

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações da ONG IDDA (2025)

Apesar da amplitude e da relevância de sua atuação, a ONG enfrenta diversos desafios estruturais. Entre os mais recorrentes, destacam-se a escassez de recursos financeiros para atendimentos emergenciais — como nos casos de atropelamentos e ferimentos graves —, a desinformação da população em relação ao cuidado responsável, a resistência à castração e a ausência de punição efetiva nos casos de maus-tratos (**Figura 04**). Nas áreas distritais, essa realidade se intensifica, dada a menor presença do poder público e a carência de serviços básicos de assistência veterinária.

FIGURA 04 – Animal Atropelado Pelo Ônibus da Consórcio Rota Real em Ouro Preto



Fonte: @ong.idda acesso em agosto de 2025

A fragilidade estrutural do canil municipal, que atua como centro de controle de zoonoses, compromete o abrigo e o tratamento digno dos animais, evidenciada por ambientes insalubres, alta mortalidade, ausência de acompanhamento veterinário regular e gestão precária.

A ONG IDDA enfrenta alta rotatividade de voluntários, muitos motivados por casos pontuais nas redes sociais, o que dificulta a continuidade das ações e sobrecarrega os membros ativos, divididos entre frentes administrativas e atuação em lares temporários. Sem sede física para evitar associação institucional ao serviço público, a organização sofre limitações logísticas, de armazenamento e gestão.

Nesse contexto, a implantação do Centro de Saúde Público Veterinário torna-se estratégica, ao ampliar o acesso a serviços veterinários e oferecer suporte estrutural às ONGs



com instalações adequadas, fortalecendo redes comunitárias, promovendo educação ambiental e integrando o cuidado animal às políticas públicas de saúde e dignidade.

A partir dessas contribuições teóricas, compreende-se que o ambiente construído exerce papel ativo no processo de cuidado, indo além de sua função estritamente técnica. Autores que discutem a arquitetura hospitalar defendem que espaços de saúde devem incorporar princípios de humanização, acolhimento e conforto ambiental, aspectos que influenciam diretamente a experiência dos usuários. Assim como, Ulrich (1984), evidencia que características como iluminação natural, contato visual com a natureza e organização espacial adequada impactam positivamente o bem-estar e a recuperação, enquanto Gehl (2013) reforça a importância da qualidade sensorial e do conforto humano na conformação de ambientes acolhedores e legíveis. Logo, tais diretrizes mostram-se igualmente relevantes para a arquitetura voltada à saúde animal, na medida em que ambientes adequados contribuem para a redução do estresse dos animais, favorecem a atuação dos profissionais e promovem experiências mais acolhedoras para tutores e comunidade, qualificando os serviços prestados e fortalecendo a função social desses equipamentos.



3. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Este capítulo reúne informações obtidas por meio de pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica, caracterizadas como exploratória e descritiva (GIL, 2017). Foram observadas as condições físicas e operacionais dos equipamentos existentes, as interações entre tutores, profissionais e animais, bem como analisado o cumprimento da legislação vigente, incluindo a Lei Municipal nº 1.233/2021 e a Lei Estadual nº 22.231/2016.

Esses dados, aliados à revisão de literatura, oferecem base técnica e empírica para a concepção do Centro de Saúde Pública Veterinária, assegurando que o projeto dialogue com a realidade urbana de Ouro Preto, promova o bem-estar animal, fortaleça a saúde coletiva e contribua para a consolidação de políticas públicas.

3.1 Pesquisa a Campo

A visita de campo teve como objetivo compreender como a Prefeitura de Ouro Preto (MG) gerencia a saúde e o bem-estar animal, além de mapear serviços, equipamentos e iniciativas públicas, privadas e comunitárias voltadas à população local.

3.1.1 Projeto 01: Castramóvel do Medh Pet

A Medh Pet é uma empresa privada especializada na prestação de serviços itinerantes de castração e microchipagem de animais domésticos, por meio de sua unidade móvel, o Castramóvel. Esse serviço é oferecido em duas modalidades: a pública, contratada por consórcios intermunicipais ou por solicitação direta das prefeituras, com atendimentos gratuitos a tutores previamente cadastrados pelo poder público; e a privada, voltada para demandas específicas, realizada nas unidades das prefeituras mediante contratação direta por tutores ou entidades parceiras. Essa configuração permite que a empresa adapte sua atuação às diferentes realidades municipais, conciliando flexibilidade administrativa, eficiência operacional e elevado padrão técnico em saúde animal.

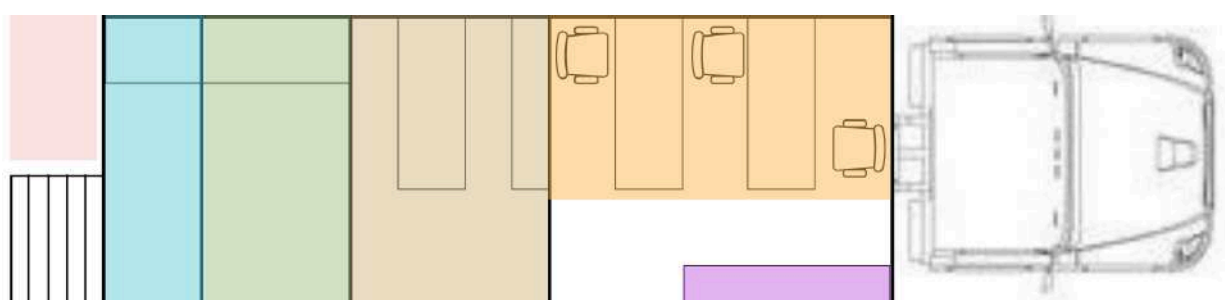
Em 3 de julho de 2025, foi realizada uma visita técnica ao Castramóvel enquanto a unidade estava em operação na Praça Cesário Alvim, ao lado da Estação Ferroviária, no município de Ouro Preto (MG), atendendo à comunidade local. O acompanhamento do serviço durante sua execução no contexto urbano possibilitou observar suas dinâmicas, compreender

sua inserção no município e refletir sobre sua relevância para a população de baixa renda e para a ampliação do acesso aos cuidados básicos em saúde animal.

O Castramóvel conta com uma equipe fixa, formada por profissionais especializados que acompanham a unidade em todas as cidades atendidas, sem mobilização de mão de obra local. Essa característica assegura a padronização e a qualidade do serviço, mas limita a geração de empregos para profissionais do próprio município.

O Castramóvel é um caminhão adaptado para procedimentos cirúrgicos básicos em pequenos animais. Sua estrutura física é compacta e autônoma, equipada com reservatórios de água e gerador de energia elétrica, permitindo independência em termos de infraestrutura. Internamente, apresenta um layout funcional (CROQUI 01), que possibilita a realização simultânea de até três cirurgias de castração, com fluxo bem definido para atendimento.

Croqui 01: Diagrama da Setorização do Castramóvel



LEGENDA:

	Triagem e Avaliação		Triagem e Avaliação
	Apoio e Medicamento		Tricotomia e Antissepsia
	Pós Operatório		Centro Cirurgico

Fonte: Produção autoral da autora (2025)

O atendimento do Castramóvel organiza-se em um fluxo sequencial, com etapas bem definidas que se refletem na setorização e no aproveitamento arquitetônico da unidade móvel e de seu entorno imediato. Tudo começa na área externa, onde ocorre a triagem (**Figura 05**) e o acolhimento, montada ao lado do caminhão, geralmente sob uma cobertura para proteção solar. Nesse espaço são conferidas as informações cadastrais do tutor e do animal, feita a pesagem em balança veterinária e registrada a inscrição para o atendimento do dia. A área é equipada com mesas de apoio, cadeiras e organizada de forma a permitir boa visibilidade e fluxo contínuo.

Figura 05: Setor de Triagem e Acolhimento



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Depois de triado, o animal é levado para o interior do Castramóvel, onde acontece a Avaliação Clínica detalhada (**Figura 06**), realizada em um ambiente climatizado, com iluminação adequada e bancadas higienizadas. Nessa etapa, a equipe realiza um exame físico cuidadoso para verificar se o animal está em condições clínicas seguras para a cirurgia, medindo sinais vitais, auscultando coração e pulmões e avaliando as mucosas. Também é coletada uma amostra de sangue para a realização de um exame de hemograma, que permite identificar possíveis alterações sistêmicas, como anemias ou infecções, garantindo maior segurança ao procedimento anestésico e cirúrgico. Essa verificação detalhada é fundamental para assegurar a saúde do animal e a eficácia da cirurgia.

Figura 06: Setor de Avaliação Clínica

Fonte: Medh Pet, acessado em julho de 2025

Em seguida, o animal é conduzido ao setor de Tricotomia e Assepsia Cirúrgica (**Figura 07**), um ambiente preparado com mesas ajustáveis, iluminação direcionada e lavatórios próximos para higienização da equipe. Esse espaço é equipado com superfícies lisas e laváveis para facilitar a limpeza entre um paciente e outro e garantir as condições ideais de esterilidade. Nesta mesma etapa, é realizada também a microchipagem, com dispositivos eletrônicos acessíveis para agilizar o processo e registrar a identificação do animal.

Figura 07: Setor de Tricotomia e Assepsia Cirúrgica

Fonte: Medh Pet, acessado em julho de 2025

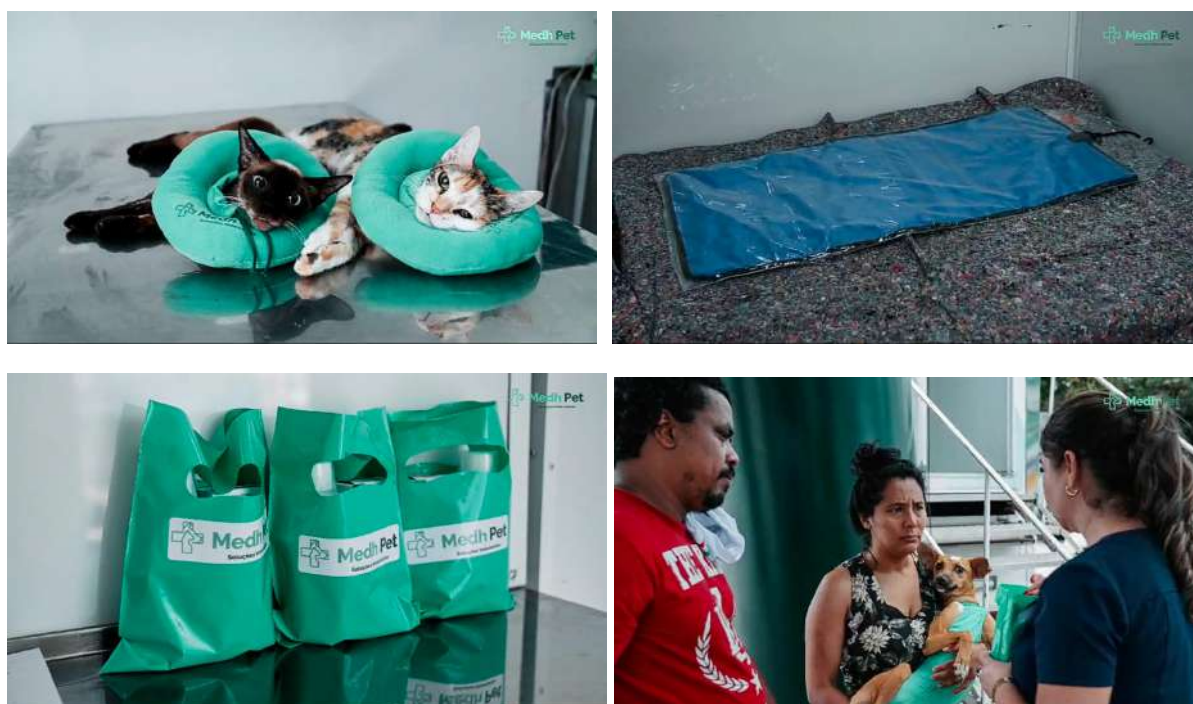
O centro do Castramóvel é o Centro Cirúrgico (**Figura 08**), onde são realizadas simultaneamente até três cirurgias, com a equipe se organizando para manter a circulação adequada e cumprir as normas de assepsia. O espaço conta com iluminação cirúrgica intensa, exaustores para renovação do ar e armários para os materiais estéreis. Ao término da cirurgia, os animais são encaminhados para o espaço de Monitoramento Pós-anestésico (**Figura 09**),

separado por divisórias ou cortinas, onde permanecem em repouso até a recuperação completa da anestesia, sempre sob observação da equipe.

Figura 08: Setor de Centro Cirúrgico



Fonte: Medh Pet, acessado em julho de 2025

Figura 09: Setor de Centro Cirúrgico

Fonte: Medh Pet, acessado em julho de 2025

Por fim, os tutores aguardam na área externa (**Figura 10**) para receberem seus animais já acordados, devidamente equipados com a vestimenta cirúrgica adequada, como o colar elizabetano ou a roupa cirúrgica, que são colocados ainda pela equipe antes da alta. Nesse momento, os tutores recebem também a sacolinha com os medicamentos necessários para o pós-operatório, junto com um papel contendo instruções de uso e o número de telefone para contato em caso de emergências pós-operatórias, que é o mesmo utilizado para confirmação prévia da cirurgia. Esse cuidado garante que os tutores saiam preparados e com um canal direto com a equipe para qualquer eventualidade.

Figura 10: Veterinária Passando as Informações Pós-operatório

Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

O serviço funciona diariamente das 8h às 15h para recepção dos animais, com cirurgias até as 16h, seguida da higienização do ambiente e encerramento às 17h. Em média, são realizadas de 40 a 50 castrações por dia. A equipe permanece na cidade por até 72 horas após a conclusão dos procedimentos, garantindo suporte em caso de complicações pós-operatórias.

Antes do início dos atendimentos em cada cidade, a prefeitura fornece uma lista de tutores previamente cadastrados, atualizada durante o período de atuação com novos interessados. Ao final, é elaborado um relatório com os dados dos animais atendidos, encaminhado ao município para subsidiar o controle populacional.

Apesar da eficiência, a especialização do serviço limita o atendimento a casos clínicos simples. Animais com condições que inviabilizam a castração imediata, como criptorquidismo², permanecem sem atendimento ou sem encaminhamento adequado para tratamento posterior.

A unidade utiliza espaços públicos (**Figura 11**) de fácil acesso, mas sua atuação é pontual e temporária. Socialmente, atende prioritariamente tutores de baixa renda, contribuindo para reduzir o abandono de animais. Contudo, não foram identificadas medidas ambientais significativas além da autonomia energética e hídrica do caminhão.

² Criptorquidismo é uma condição congênita em animais, caracterizada pela não descida de um ou ambos os testículos para a bolsa escrotal, permanecendo retidos no abdômen ou canal inguinal, podendo levar à infertilidade e predisposição a tumores testiculares (FOSSUM, 2014, p. 722 a 734).

Figura 11: Castramóvel inserido no Entorno de Ouro Preto

Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

A alta procura pelo Castramóvel durante sua estadia em Ouro Preto evidencia a carência de serviços públicos fixos e contínuos de saúde animal no município. Embora a especialização e a eficiência do serviço itinerante sejam qualidades destacadas, sua execução por uma equipe externa não promove a geração de empregos locais, configurando-se como uma limitação. Além disso, a falta de encaminhamento para casos clínicos mais complexos evidencia uma lacuna que poderia ser suprida por um centro fixo, mais completo e articulado às políticas públicas locais.

A visita reforça, portanto, que a infraestrutura atual em Ouro Preto é insuficiente para atender de forma ampla e permanente às demandas da população por serviços de saúde animal. A atuação itinerante, embora eficaz no curto prazo, não substitui a necessidade de um Centro de Saúde Público Veterinário fixo, com capacidade para integrar diferentes tipos de atendimento, contemplar casos mais complexos e implementar uma política contínua de controle populacional e bem-estar animal, além de fomentar a contratação de profissionais da própria comunidade.

3.1.2 Projeto 02: CATA - Centro de Acolhimento Transitório e Adoção

O Centro de Acolhimento Transitório e Adoção (CATA) é o principal equipamento público de Ouro Preto (**Figura 12**) voltado ao acolhimento temporário exclusivo de animais de rua, aliado ao controle de zoonoses e ao atendimento veterinário emergencial. Localiza-se em área afastada do núcleo urbano (**Mapa 01**), ao final do bairro São Sebastião (Rua da Antena, s/n, Ouro Preto – MG, 35400-000), e é administrado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Dessa maneira, a visita técnica, realizada em agosto de 2025, teve como objetivo avaliar a infraestrutura física do local, seus fluxos de funcionamento e a capacidade de resposta frente às demandas crescentes da população animal, com foco na problemática do abandono e da superlotação³ (visita técnica, 2025).

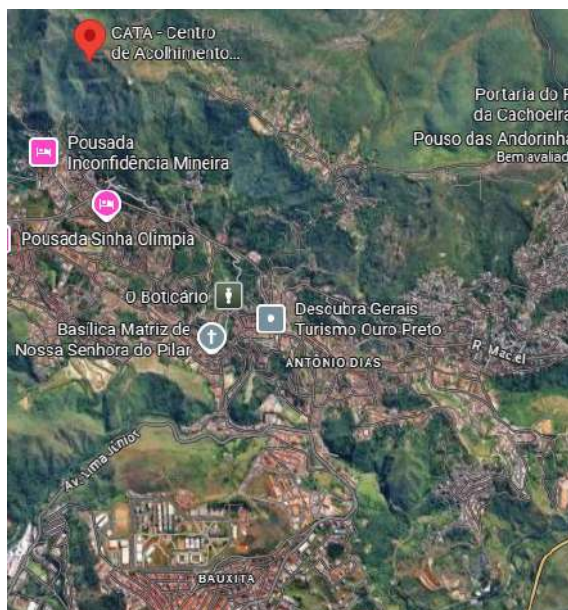
Figura 12: Fachada do Centro de Acolhimento Transitório e Adoção (CATA)



Fonte: Jornalista William dos Santos (2025)

³ Dados obtidos por meio de visita técnica em agosto de 2025, registrada na metodologia do presente TCC.

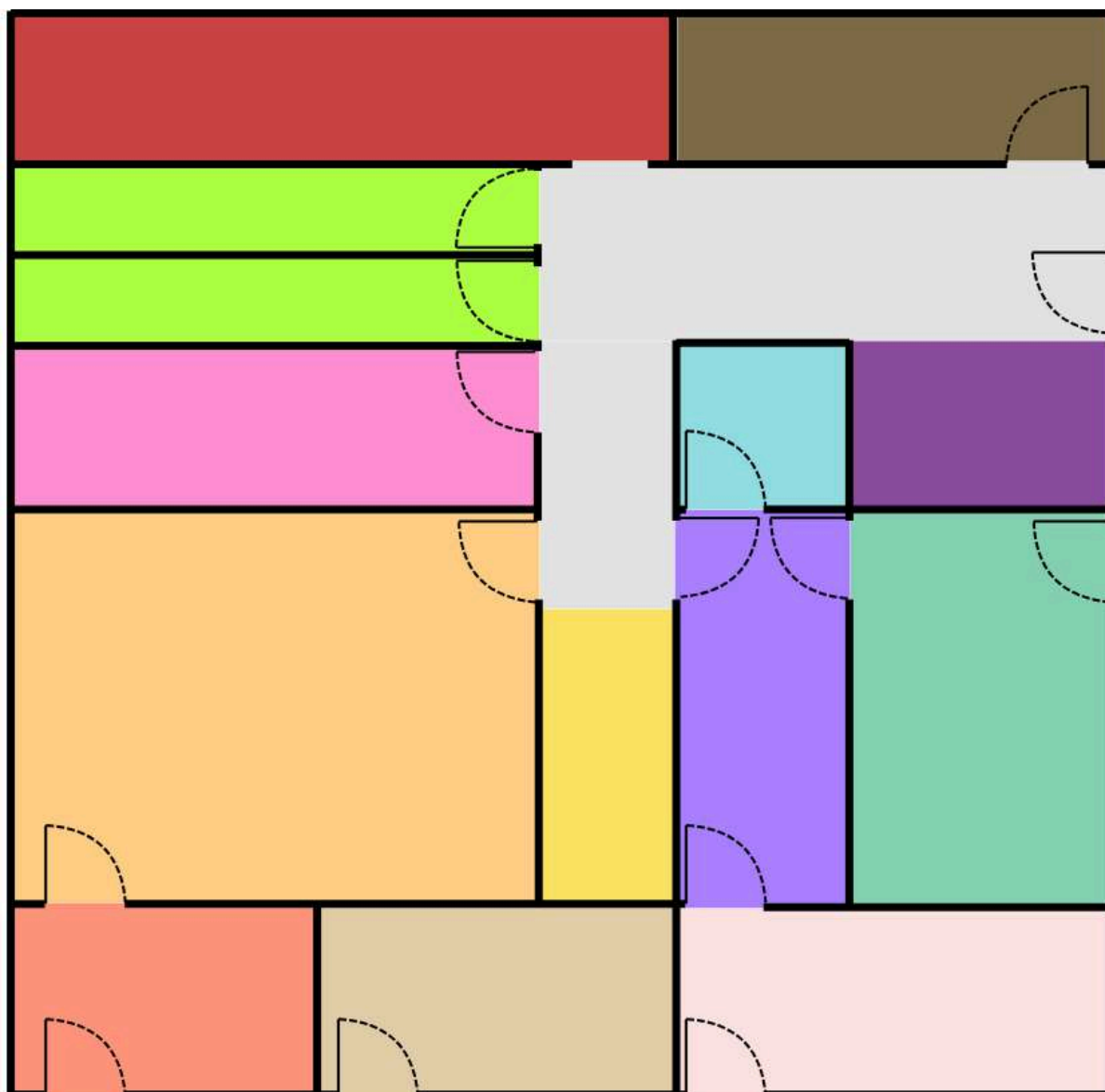
Mapa 01: Localização do Centro de Acolhimento Transitório e Adoção (CATA)

















Fonte: Google maps (2025)

A organização interna (CROQUI 02) do Centro de Acolhimento Transitório e Adoção (CATA) é composta por setores bem definidos para otimizar os fluxos de atendimento. O percurso operacional inicia-se na recepção, onde são realizados os registros e autorizações de entrada dos animais. Em seguida, os animais são encaminhados à sala de preparação e exames, destinada à sedação, coleta de sangue e avaliação clínica detalhada. O espaço conta ainda com sala de banho e tosa, utilizada para a higienização dos animais; farmácia de acesso restrito para armazenamento de medicamentos, vacinas e insumos veterinários; sala de assepsia para paramentação e higienização da equipe (**Figura 13**); centro cirúrgico (**Figura 14**); sala de recuperação pós-operatória; setor de esterilização de instrumentos; e depósitos específicos para ração, resíduos biológicos e óbitos, estes últimos seguindo normas específicas de manejo e armazenagem (Brasil, 2014; Ouro Preto, 2023).

Croqui 02: Diagrama Interno da Setorização do Castramóvel sem Escala



LEGENDA:

 Recepção/Administrativo	 Tricotomia e Antissepsia	 Banheiros
 Triage e Avaliação	 Centro Cirúrgico	 Cozinha/Copa
 Farmácia	 Pós Operatório	 Circulação
 Área de banho e Tosa	 Deposito de Ração	 Não Identificado pelo autor
 Setor de Esterilização	 Resíduos Biológicos e Óbitos	

Fonte: Produção autoral da autora, realizada com base na visita a campo (2025)

Figura 13: Sala de Assepsia para Paramentação e Higienização da Equipe



Fonte: @prefeituraouropreto, acesso em (2025)

Figura 14: Sala de Centro Cirúrgico



Fonte: @prefeituraouropreto, acesso em (2025)

Na área externa (CROQUI 03), localizam-se baias individuais e coletivas (**Figura 15**), além de recintos destinados à recreação e soltura controlada, elementos fundamentais para a redução do estresse e a promoção do bem-estar animal (RSPCA, 2010).

Croqui 03: Diagrama Externo da Setorização do Castramóvel



Fonte: Produção autoral da autora, realizada com base na visita a campo (2025)

Figura 15: Baias Individuais e Coletivas



Fonte: @prefeituraouropreto, acesso em (2025)

O fluxo semanal de atividades do CATA organiza-se em dias temáticos (**Tabela 04**) de modo a trazer mais eficiência, organização e agilidade na execução das atividades diárias;

Tabela 04: Organização semanal do atendimento do CATA

Organização semanal do atendimento do CATA	
Dia da Semana	Atividade Principal
Terça-feira	Atendimento a ONGs e protetores independentes
Quinta-feira	Processos de adoção e triagem de novos resgates
Sexta-feira	Recreação, verificação de zoonoses e pendências clínicas

Fonte: Elaborado pelo autor através de observações a campo (2025)



A estrutura do CATA apresenta soluções construtivas simples, econômicas e funcionais, com predomínio de pisos laváveis, paredes impermeáveis, divisórias metálicas e baias teladas, conforme recomendações de biossegurança e manejo de abrigos (Brasil, 2014, p. 12). Esse modelo favorece a higienização rápida, o controle de odores e a redução da propagação de agentes infecciosos.

O espaço encontra-se em processo de ampliação das baias e há previsão para a construção de um anexo destinado ao setor de recreação. Atualmente, os passeios dos animais são realizados com coleiras, restritos às áreas próximas ao CATA, o que reforça a necessidade desse novo ambiente, cujo projeto executivo ainda não foi definido. Já o manejo ambiental segue protocolos específicos: os resíduos biológicos são recolhidos semanalmente, e os óbitos são armazenados de forma adequada até a remoção por equipe especializada, em conformidade com a Resolução Conama nº 358/2005 (Conama, 2005, p. 3).

O funcionamento e os atendimentos realizados pelo CATA estão regulamentados pelo Decreto Municipal nº 6.964 (**Figura 16**), de 11 de maio de 2023, que estabelece o uso do Protocolo RED (Recolhimento, Esterilização e Devolução) para controle populacional de cães e gatos em situação de rua no município de Ouro Preto (Ouro Preto, 2023, p. 1-4). Conforme o decreto, o CATA tem a finalidade de atuar como equipamento transitório para o recolhimento criterioso dos animais, realização de procedimentos veterinários básicos e devolução dos animais ao local de origem, priorizando a promoção da saúde pública e do bem-estar animal.

Figura 16: Decreto Municipal nº 6.964 Simplificado que fica Disponível no CATA



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

O decreto define critérios rigorosos para o recebimento dos animais no CATA, priorizando casos de rua vítimas de atropelamento ou em estado grave, maus-tratos e castração de animais comunitários. Animais fora desses critérios não são recolhidos, reforçando o caráter transitório do abrigo. Em casos excepcionais, animais resgatados podem ser encaminhados para adoção por organizações parceiras, conforme o decreto (Ouro Preto, 2023, p. 3-4).

O município enfrenta superlotação no abrigo, agravada pelo aumento do abandono de cães pitbull, que ocupam 13 das 20 baias e não são adotados devido ao risco (visita técnica, 2025). Animais comunitários são microchipados, castrados e devolvidos, enquanto felinos passam apenas pela castração (Brasil, 2014, p.12; RSPCA, 2010, p.7).

Os desafios do CATA incluem o receio da população em denunciar maus-tratos, falta de políticas públicas eficazes, infraestrutura limitada para internações prolongadas e desconhecimento dos direitos dos animais. Animais com doenças graves podem ser eutanasiados por falta de isolamento adequado (CFMV, 2018, p. 20).

Essas limitações evidenciam a necessidade de ampliar a infraestrutura e fortalecer a integração com a comunidade e ONGs. Neste TCC, o CATA serve de base para a proposta de um Centro de Saúde Pública Veterinário, que incluirá setores especializados, áreas de socialização, quarentena, recuperação intensiva, integração com ONGs e ações educativas.

A proposta ressalta o papel da arquitetura na promoção do bem-estar animal, dignidade e saúde pública em Ouro Preto.

3.1.3 Projeto 03: **Resort Pets em Passagem de Mariana**

A visita técnica ao espaço denominado Resort Pets, realizada em julho de 2025, teve como objetivo investigar soluções espaciais e organizacionais voltadas ao cuidado integral de cães e gatos, com ênfase na promoção do bem-estar animal. O espaço, localizado na Rua do Campinho, 520, Passagem de Mariana, Minas Gerais (**Figura 17**), configura-se como um equipamento privado de hospedagem e cuidado animal, oferecendo serviços de hotel, creche e com algumas atuações que apoiam organizações não governamentais da região, como a ONG IDDA.

Figura 17: Fachada e Entrada do Resort Pets



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A estrutura do Resort Pets é marcada pela simplicidade construtiva e por soluções adaptadas, realizadas com recursos próprios pela responsável pelo espaço. Originalmente concebida como casa de festas, a edificação foi adaptada para as funções relacionadas ao cuidado animal. O local conta com áreas abertas e sombreadas para a socialização dos animais (**Figura 18**), baias individualizadas para alimentação e descanso (**Figura 19**), além de áreas e varandas cobertas e teladas destinadas a animais mais ariscos, como gatos (**Figura 20**). Para os felinos, há uma área exclusiva e telada. O fluxo dos cães é controlado por meio de rodízios e estratégias de adaptação comportamental, promovendo maior equilíbrio nas interações.

Figura 18: Área Aberta, Sombreada e Divididas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Figura 19: Área Coberta com Baias Individual e Coletiva para Descanso



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Figura 20: Fachada e Entrada do Resort Pets



Fonte: Acervo pessoal do autor (julho 2025)

A construção utiliza materiais simples e de fácil manutenção, como coberturas leves, divisórias, telas de proteção e pisos laváveis, garantindo conforto térmico e higiene para os animais. Camas, colchões e cobertores são fornecidos continuamente para atender às necessidades dos hóspedes. A ambientação favorece técnicas de enriquecimento ambiental, incluindo brinquedos recicláveis, áreas verdes e estímulos cognitivos, como a “caça ao petisco” (Figura 21).

Figura 21: Fachada e Entrada do Resort Pets



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Localizado em área semi-urbana com vegetação natural, o terreno oferece contato direto dos animais com grama e terra (**Figura 22**), o que favorece o enriquecimento ambiental e reduz o estresse. Embora o espaço seja amplo, apenas parte dele é usada atualmente. Devido ao aumento da demanda por hospedagem, a proprietária limita o número de animais recebidos e, por vezes, recusa novos hóspedes, garantindo a manutenção do bem-estar e da qualidade do atendimento.

Figura 22: Áreas em Contato com o Solo



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Do ponto de vista social, o Resort Pets transcende a atividade comercial, mantendo parcerias com ONGs locais, como a IDDA, e oferecendo serviços sociais como acolhimento temporário de animais de rua em situação de vulnerabilidade (**Figura 23**), cuidados pós-operatórios e, quando necessário, castrações e pequenos procedimentos cirúrgicos em animais resgatados. A proprietária, médica-veterinária com experiência no canil público de Ouro Preto, adota uma abordagem humanizada e ética no manejo, contribuindo para a redução do abandono e a promoção do bem-estar animal.

Figura 23: Animal Adotado pela Proprietária Após um Resgate e Tratamento Pós Operatórias no Resort Pets



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Sob a perspectiva ambiental, o espaço adota estratégias passivas, como ventilação cruzada e sombreamento natural, reduzindo o uso de tecnologias artificiais. O ambiente é projetado para minimizar o estresse dos animais, com materiais naturais e disposição dos espaços que favorecem liberdade controlada e integração gradual entre eles (**Figura 24**).

Figura 24: Espaço mais Recluso Utilizado para o Processo de Adaptação do Animal



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Além disso, a veterinária responsável e a equipe de apoio realizam revezamento para permanecer durante a noite no local, garantindo atendimento contínuo aos animais. O ingresso de novos hóspedes está condicionado à apresentação do histórico atualizado de vacinação e vermifugação, evidenciando o rigor no controle das condições sanitárias. A estrutura do Resort Pets tem sido progressivamente adaptada, de modo a responder à demanda crescente e às características específicas dos animais atendidos.

Além dos serviços regulares, o espaço também promove atividades especiais, como eventos temáticos, banhos sociais para animais acolhidos e orientações educativas aos tutores que enfrentam dificuldades no cuidado com seus pets. Essa atuação evidencia um compromisso com o bem-estar animal e com o fortalecimento dos vínculos entre tutores e seus companheiros não humanos.

A experiência do Resort Pets fornece subsídios importantes para a concepção de um Centro de Saúde Público Veterinário. Entre os principais aprendizados que podem ser incorporados ao projeto destacam-se a valorização das áreas externas sombreadas, a adaptação dos espaços a diferentes perfis comportamentais, a integração entre acolhimento, clínica e socialização, bem como a atuação comunitária e o acolhimento de populações em situação de vulnerabilidade. A sensibilidade no manejo e a articulação com ONGs demonstram o potencial transformador de iniciativas privadas com enfoque social e ambiental, servindo como referência concreta para a proposição de equipamentos públicos inclusivos e efetivos.

3.2 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica de obras análogas teve como objetivo analisar a configuração espacial e funcional de centros de saúde animal, com base nas diretrizes de clínicas veterinárias, a fim de identificar soluções que orientem o desenvolvimento do projeto. A partir dessa análise, busca-se estabelecer parâmetros técnicos e conceituais que subsidiem a proposta do Centro de Saúde Público Veterinário em Ouro Preto, garantindo eficiência, humanização e alinhamento às boas práticas da área.

3.2.1 Projeto 01: Centro de Cuidados com Animais de Palm Springs

O projeto *Palm Springs Animal Care Facility* (**Figura 25**) foi desenvolvido pelo escritório Swatt | Miers Architects, localizado em Palm Springs, Califórnia (EUA), e inaugurado em outubro de 2011. Trata-se de um equipamento público voltado para o acolhimento, tratamento e adoção de animais, com funções complementares voltadas à educação comunitária e prestação de serviços veterinários. Sua tipologia corresponde a um abrigo público de animais com clínica veterinária e centro comunitário (Archdaily, 2011).

Figura 25: Fachada do Palm Springs Animal Care Facility



Fonte: archdaily (acessado em agosto de 2025)

O conceito fundamental do projeto é a integração entre arquitetura contemporânea e herança modernista, típica de Palm Springs, com foco no bem-estar animal, na participação comunitária e na sustentabilidade ambiental. A proposta parte da premissa de que os espaços voltados ao cuidado de animais devem ser igualmente acolhedores para os seres humanos (**Figura 26**)— reforçando a dignidade dos usuários por meio de uma ambientação confortável,

acessível e saudável. O edifício também incorpora o conceito de “Community Animal Center”, promovendo a convivência entre visitantes, voluntários, funcionários e os próprios animais em espaços abertos e sombreados que convidam ao uso coletivo (Archdaily, 2011).

Figura 26: Ambientes que Integram o Bem-estar Animal e Humano



Fonte: archdaily (2025)

A organização do programa é baseada em fluxos funcionais e salubridade (**Figura 27**), com setores bem demarcados para entrada de animais, tratamento clínico, áreas de adoção, espaços administrativos e de apoio. O pátio central, que abriga o Canine Adoption Garden, funciona como coração do projeto, articulando os diferentes volumes e proporcionando ventilação e iluminação naturais. Entradas independentes para o público, para atividades educativas e para o recebimento de animais garantem segurança sanitária, eficiência operacional e evitando cruzamento de fluxos contaminantes. O projeto também prevê expansões futuras, com áreas “shelled” (construídas porém não equipadas) que puderam ser adaptadas conforme o aumento do financiamento (Archdaily, 2011).

Figura 27: Planta Técnica com a Setorização



LEGENDA ADAPTADA:

<p>ÁREA DE APOIO:</p> <ul style="list-style-type: none"> Adoção/Resgate público Área de entrega de animais Clínica / Área médica Administração / Sala de descanso Banheiros / Vestiários Áreas de apoio para animais e funcionários 	<p>FLUXO OPERACIONAL ANIMAL/HUMANO:</p> <ul style="list-style-type: none"> Recebimento de animais por autoridades (intake institucional) Recebimento de animais pelo público Adoção/Resgate público Acesso à sala de aula fora do horário de expediente 	<p>GATOS E PEQUENOS ANIMAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Isolamento de gatos Abrigo temporário para gatos e pequenos animais Adoção de gatos e pequenos animais 	<p>CÃES:</p> <ul style="list-style-type: none"> Adoção/Resgate público Abrigo temporário para cães Adoção de cães
--	---	---	--

Fonte: archdaily, adaptado pela autora (2025)

A construção utiliza estrutura metálica (steel post and beam) com painéis de gesso acartonado e paredes externas de reboco cimentício com acabamento vertical ranhurado. Os materiais foram escolhidos com ênfase na durabilidade, facilidade de limpeza e resistência à ação animal, como pisos em resina epóxi, forros acústicos não absorventes e mobiliário em aço inox. Nos ambientes clínicos e de abrigo, os sistemas de limpeza foram otimizados por uma central hidráulica pressurizada (Spray Masters Technology), que distribui água reciclada por meio de tubos de aço inox conectados a mangueiras móveis, garantindo eficiência higiênica e economia de recursos (Archdaily, 2011).

O edifício se insere de forma respeitosa na malha urbana, estando localizado em um terreno de 3 acres defronte ao Demuth Park, o maior parque público da cidade (**Figura 28**). A implantação aproveita as vistas para a paisagem montanhosa de San Jacinto, com grandes beirais que sombreiam os acessos e protegem os ambientes internos da incidência solar direta. A orientação solar e os espaços abertos com paisagismo proporcionam ambientes frescos e convidativos, reforçando a integração entre os espaços internos e externos (Archdaily, 2011).

Figura 28: Planta de Localização que Indica a Proximidade com o Demuth Park



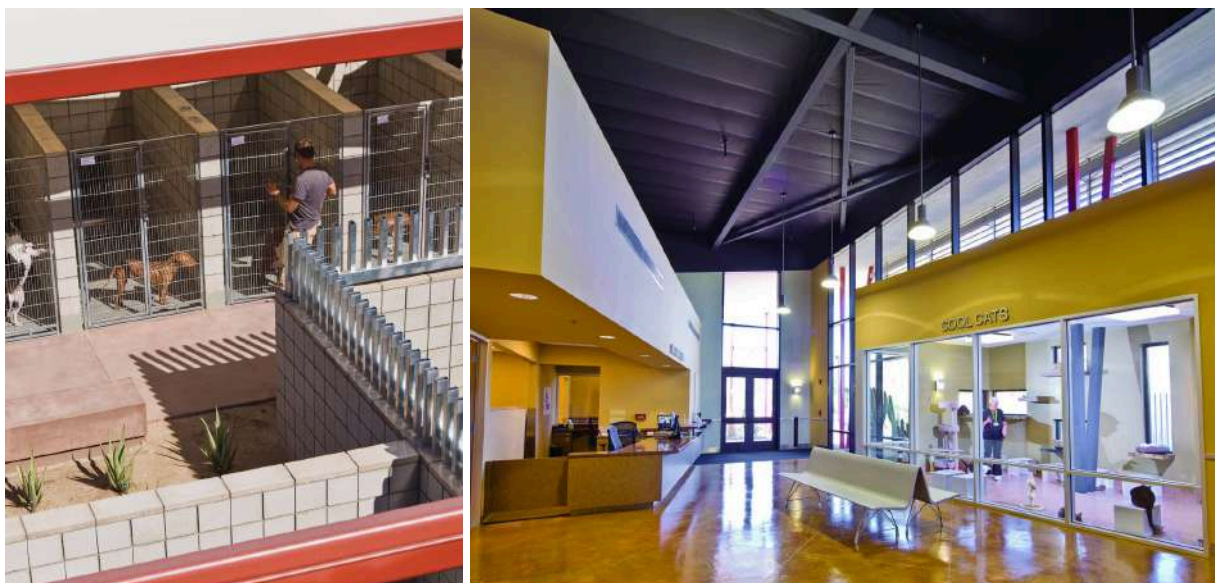
Fonte: Google Maps (2025)

O projeto resulta de uma parceria público-privada entre Palm Springs e a ONG Friends of the Shelter, viabilizando a obra após anos de estagnação econômica. Além de abrigo, funciona como centro comunitário para cursos, eventos e educação humanitária. A arquitetura valoriza todos os usuários — humanos e animais — promovendo inclusão social, saúde pública e fortalecimento dos laços comunitários (Archdaily, 2011).

Em relação à sustentabilidade ambiental, é adotado estratégias ambientais alinhadas aos princípios da certificação LEED, sem formalizar a certificação para reduzir custos e focar nos

sistemas essenciais. Diante do clima desértico de Palm Springs, implementou um sistema de reutilização de água reciclada da estação de tratamento local, usada na limpeza das áreas de abrigo (**Figura 29**) e na irrigação dos jardins, contribuindo para a conservação hídrica (Archdaily, 2011).

Figura 29: Uns dos Ambientes que Precisa Está Bem Organizado



Fonte: archdaily (2025)

Essas estratégias demonstram o compromisso do projeto com a redução do impacto ambiental e a criação de um ambiente saudável para humanos e animais. Apesar das limitações orçamentárias, a equipe integrou soluções inteligentes que tornam o edifício eficiente e preparado para futuras melhorias. O projeto mostra que a sustentabilidade (**Figura 30**), desde o início, pode ser aplicada de forma prática e acessível, reforçando a arquitetura como ferramenta de gestão consciente dos recursos naturais.

Figura 30: Planta de Paisagismo, com Elementos e Plantas Locais que Reforça o Olhar para as Questões Socioambientais



Fonte: archdaily, adaptado pela autora (2025)

O Palm Springs Animal Care Facility foi escolhido como referência por seu programa arquitetônico semelhante ao deste trabalho, com setores para atendimento clínico, acolhimento, adoção e educação comunitária. Apesar das diferenças culturais e climáticas, adota diretrizes que alinham bem-estar humano e animal, uso consciente de materiais, sustentabilidade e integração com o entorno, mostrando a arquitetura como ferramenta de inclusão, saúde e dignidade — princípios fundamentais também para este projeto.

3.2.2 Projeto 02: **Complexo Público Veterinário de Belo Horizonte (CPVBH)**

O Complexo Público Veterinário de Belo Horizonte (CPVBH) representa uma iniciativa significativa da Prefeitura Municipal destinada a fornecer atendimento veterinário gratuito a cães e gatos pertencentes a famílias de baixa renda, cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico). Instalado na Rua Albert Scharlé, nº 79, bairro Madre Gertrudes, região Oeste da capital mineira (**Figura 31**), o CPVBH foi inaugurado em maio de 2021, consolidando-se como um equipamento público de referência para a saúde animal em Belo Horizonte, abrangendo

serviços que vão desde consultas clínicas, exames laboratoriais e de imagem, até cirurgias, internações e atendimentos de urgência (Prefeitura De Belo Horizonte, 2024).

Figura 31: Localização e Proximidade com Pontos de Ônibus do Complexo Público Veterinário de Belo Horizonte (CPVBH)



Fonte: Google Map (2025)

O projeto do complexo fundamenta-se na abordagem de saúde única, que reconhece a interdependência entre a saúde humana, animal e ambiental. Dessa forma, o CPVBH configura-se como um equipamento social essencial, cuja atuação promove o bem-estar animal, fortalece os vínculos afetivos entre tutores e seus animais de estimação, e amplia o acesso a serviços veterinários para populações em situação de vulnerabilidade social (Prefeitura De Belo Horizonte, 2024).

Do ponto de vista espacial, o CPVBH apresenta uma organização funcional que prioriza a eficiência dos fluxos internos e a segregação adequada das atividades. O equipamento dispõe de setores especializados para consultas clínicas e emergenciais, cirurgias de baixa e média complexidade, exames laboratoriais e de imagem, áreas destinadas à internação simplificada e isolamento. Complementam o complexo o Centro Médico Veterinário Odete Ferreira Martins, o

Instituto Médico Veterinário Legal (IMVL), pioneiro em âmbito nacional, e o Grupo de Resgate Animal. O serviço conta ainda com uma ambulância veterinária e parcerias institucionais com universidades locais, como o UniBH e a Faculdade Arnaldo (Prefeitura De Belo Horizonte, 2024).

Embora os dados públicos não detalhem com precisão os materiais e técnicas construtivas empregados, infere-se o uso de soluções convencionais, compatíveis com a tipologia de um equipamento público de saúde. A análise das (**Figura 32**) disponíveis no Google Maps sugere que a implantação do CPVBH ocorreu em uma estrutura preexistente, que foi posteriormente adaptada para atender às novas demandas programáticas e funcionais do complexo. Essa hipótese é reforçada pela configuração volumétrica do edifício e pelas recentes intervenções realizadas para qualificar sua infraestrutura, como a construção de sanitários e a cobertura das áreas de espera — melhorias que respondem a críticas anteriores relacionadas ao conforto e à adequação espacial (Prefeitura De Belo Horizonte, 2024).

Figura 32: Estrutura do Complexo Público Veterinário de Belo Horizonte (CPVBH) ao longo dos Anos de 2009; 2018 e 2023



Fonte: Google Map de julho de 2009, acesso em (2025)



Fonte: Google Map de fevereiro de 2018, acesso em (2025)



Fonte: Google Map de julho de 2023, acesso em (2025)

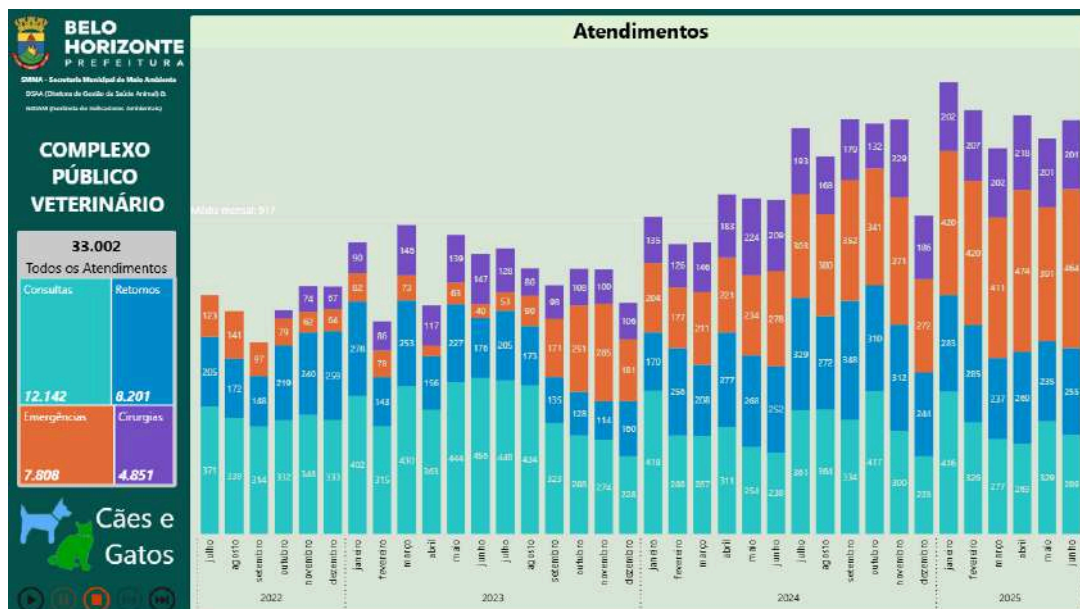


A localização do CPVBH em área urbana consolidada, com fácil acesso por transporte público (**Figura 31**), favorece o atendimento da população mais vulnerável, especialmente residentes na zona Oeste da capital. Tal posicionamento estratégico reforça a efetividade do equipamento enquanto política pública inclusiva e acessível (Prefeitura De Belo Horizonte, 2024).

Socialmente, o CPVBH desempenha papel fundamental ao assegurar dignidade e inclusão social, por meio do acesso gratuito a cuidados veterinários para famílias em situação de vulnerabilidade. A instituição atua também na prevenção de maus-tratos, na promoção da posse responsável e na redução do abandono de animais domésticos, além de fomentar a capacitação técnica por meio das parcerias acadêmicas estabelecidas (Prefeitura De Belo Horizonte, 2023; Itatiaia, 2024).

O aumento significativo da demanda pelos serviços do CPVBH evidencia a sua relevância para a população atendida (**Figura 33**). Em 2023, entre janeiro e novembro, foram realizados 7.382 atendimentos, abrangendo consultas, retornos e emergências, além de 1.239 cirurgias. Desde sua inauguração até o final desse período, o total de atendimentos somou 11.228, demonstrando a crescente necessidade e a ampliação da capacidade de atendimento do equipamento (Prefeitura De Belo Horizonte, 2023).

Figura 33: Atendimentos do Complexo Público Veterinário de Belo Horizonte (CPVBH) ao longo dos Anos de 2022 até Julho de 2025



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2025)

No que tange às questões ambientais, o CPVBH contribui para o controle populacional de cães e gatos, sobretudo por meio das cirurgias de castração gratuitas, além de desenvolver ações de prevenção e controle de zoonoses, gerando impactos positivos para a saúde pública e para a qualidade ambiental urbana (Prefeitura De Belo Horizonte, 2024).

Por fim, o Complexo Público Veterinário de Belo Horizonte configura-se como um referencial fundamental para o desenvolvimento do presente projeto de TCC. Este equipamento público serve como modelo na proposição de um centro de saúde veterinária que articula o cuidado animal com a promoção da melhoria das condições de vida das populações vulneráveis. Assim, a experiência do CPVBH orienta a concepção arquitetônica e as estratégias de integração entre saúde pública, inclusão social e ambiente construído neste trabalho (Prefeitura De Belo Horizonte, 2024).



4. PROPOSTA PARA O CENTRO DE SAÚDE PÚBLICO VETERINÁRIO (CSPV) EM OURO PRETO

Neste capítulo são sistematizados os resultados das análises desenvolvidas anteriormente, com o objetivo de estabelecer as bases para o desenvolvimento da proposta arquitetônica, em nível de estudo preliminar. A partir do levantamento e da interpretação das características do território, dos parâmetros urbanísticos, das normativas aplicáveis e das referências projetuais, são definidos os critérios que orientam a seleção do terreno e as diretrizes iniciais de implantação do Centro de Saúde Pública Veterinária, assegurando a coerência entre o diagnóstico realizado e as decisões projetuais adotadas.

Nesse contexto, a compreensão do comportamento animal e das condições ambientais que influenciam seu bem-estar constitui um dos fundamentos para a definição dessas diretrizes. Grandin (2014) destaca que o comportamento e o nível de estresse dos animais são diretamente influenciados pela organização espacial, pelos estímulos sensoriais e pela previsibilidade dos percursos. A autora demonstra que ambientes planejados para reduzir ruídos, evitar cruzamentos indevidos e oferecer clareza espacial contribuem significativamente para o bem-estar animal, princípios fundamentais para o desenvolvimento de equipamentos veterinários humanizados.

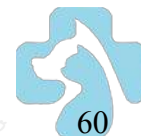
4.1 Leitura Crítica do Território

4.1.1 Critérios de Seleção do Terreno

A definição do local para a implantação do Centro de Saúde Pública Veterinária (CSPV) em Ouro Preto baseou-se na aplicação de parâmetros técnicos, legais, ambientais e sociais, de modo a garantir que o espaço atenda às exigências normativas e operacionais, favoreça a integração com o tecido urbano e seja acessível à população.

Foram estabelecidos os seguintes critérios:

- **Acessibilidade viária:** preferência por áreas próximas à Rodovia MG-356 ou a vias estruturantes, possibilitando fácil acesso a moradores de Ouro Preto, distritos e municípios vizinhos.



- Regularidade fundiária: prioridade para terrenos classificados como de utilidade pública, conforme o Decreto Municipal nº 6.526/2022, favorecendo a destinação para fins de interesse coletivo.
- Adequação ao uso institucional: localização em áreas com entorno predominantemente não residencial, minimizando conflitos com a vizinhança.
- Potencial de requalificação urbana: inserção em regiões com infraestrutura deficitária e carência de equipamentos públicos.
- Condições físicas e ambientais favoráveis: topografia compatível, ausência de áreas de preservação permanente e conformidade com o zoneamento urbano.

4.1.2 O Terreno e suas Condicionantes

A partir dos critérios definidos nos capítulos anteriores, foi selecionado o terreno localizado no distrito-sede do município de Ouro Preto, no bairro Saramenha, na Rua Lúcio dos Santos (**Mapa 02**). Com área aproximada de 2.574,47 m², o lote está inserido em via de caráter local, porém estrategicamente articulada à MG-356, importante via arterial regional que conecta Ouro Preto ao município de Mariana e, por meio de sua ligação com a BR, à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essa condição confere ao terreno elevada acessibilidade urbana e regional, favorecendo o deslocamento de usuários, equipes técnicas, insumos e veículos de emergência, aspecto essencial para o funcionamento de um equipamento público de saúde. Apesar da presença de apenas três pontos de ônibus no entorno imediato (**Mapa 03**), a área é atendida por linhas com horários diversificados e frequência adequada, o que assegura flexibilidade no uso do transporte coletivo. Soma-se a isso a proximidade com a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Dom Orione, que reforça a consolidação da área como um polo de serviços de saúde e contribui para facilitar o acesso da população ao Centro de Saúde Pública Veterinário.

Mapa 02: Localização do Terreno e sua Proximidade com Outros Equipamentos



Fonte: Google Map, alterado pela autora (2026)

Mapa 03: Mapa de Hierarquia Viária e Mobilidade Urbana do Entorno



Fonte: Produzido pelo próprio autor através de observações no local (2026)

Do ponto de vista legal, o terreno selecionado integra uma das áreas declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, conforme disposto no Decreto Municipal nº 6.526/2022, tendo sua destinação posteriormente redefinida pelo Decreto nº 8.393, de 21 de junho de 2024 (**Mapa 04**), que prevê sua utilização para reassentamento de famílias desabrigadas, conforme a política habitacional municipal. Essa condição insere o lote em uma área de interesse social, configurando uma condicionante relevante para a implantação do projeto, uma vez que demanda a compatibilização entre o uso institucional proposto e os futuros usos residenciais previstos para o entorno imediato.

Mapa 04: Mapa da Disposição dos Decretos 6.527/2022 e 8.393/2024








ÁREA DESTINADA PARA HABITAÇÃO SOCIAL



Autoria: Letícia Franceline do Carmo (Outubro de 2025)

Fonte: informações retiradas do Google Maps em Outubro de 2025 e alterado por Letícia Franceline

LEGENDA:

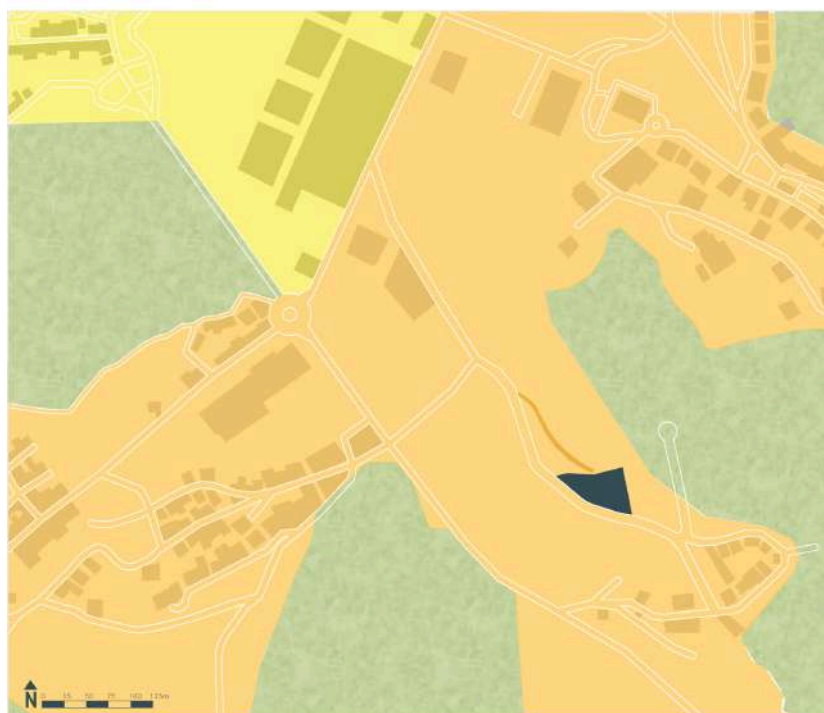
	DECRETO 6526/2022		BR-356
	OCUPAÇÃO CHICO REI		MG-129
	DECRETO N° 8.393 DE 21/06/2024		ÁREA VERDE
	TERRENO		

Fonte: Produzido pelo próprio autor através de informações dos decretos e do mutirão (2026)

No que se refere ao zoneamento urbano, o terreno está inserido na Zona de Adensamento Residencial – ZAR-2 (**Mapa 04**), simultaneamente, encontra-se dentro da área destinada à Habitação de Interesse Social, o que configura uma sobreposição de zoneamentos. Essa condição urbanística resulta na aplicação de parâmetros diferenciados em relação àqueles originalmente previstos para a ZAR-2 (**Tabela 05**), devendo ser considerada de forma criteriosa no desenvolvimento do projeto arquitetônico (**Tabela 06**).

Mapa 05: Mapa de Zoneamento

ZONEAMENTO



Autoria: Letícia Franceline do Carmo (Outubro de 2025)

Fonte: informações retiradas do Google Maps em Outubro de 2025 e alterado por Letícia Franceline

LEGENDA:

 ZAR-2
 ZPAM
 ZIE

 APP HÍDRICA
 TERRENO

Fonte: Produzido pelo próprio autor através de informações do Plano Diretor de ouro Preto (2026)



Tabela 05: Parâmetros Urbanísticos da ZAR-2 e sua Aplicação no Terreno

Parâmetros Urbanísticos ZAR-2		Terreno (2.574,47 m ²)
Coeficiente de Aproveitamento (CA)	1	2574,47
Taxa de Ocupação (TO%)	50%	1287,235
Taxa de Permeabilidade (TP%)	30%	772,341
Testada Mínima (TM)	10,00 m	32,70 m
Afastamento Frontal	3,00 m	-
Afastamento Lateral e de Fundo	0,00 m ou 1,50 m (Até 6 m de altura) 2,30 m (De 6m a 15m de altura)	-
Altura Máxima Permitida	14m	-

Fonte: Produzido pelo próprio autor através de informações do Plano Diretor e as Normas Técnicas Vigentes (2026)

Tabela 06: Parâmetros Urbanísticos com a Sobreposição das ZEIs sobre a ZAR-2 e sua Aplicação no Terreno

Parâmetros Urbanísticos com a Sobreposição das ZEIS sobre ZAR-2		Terreno (2.574,47 m ²)
Coeficiente de Aproveitamento (CA)	1,5	3861,705
Taxa de Ocupação (TO%)	63%	1609,04375
Taxa de Permeabilidade (TP%)	23%	579,25575
Testada Mínima (TM)	10,00 m	32,70 m
Afastamento Frontal	3,00 m	-
Afastamento Lateral e de Fundo	0,00 m ou 1,50 m (Até 6 m de altura) 2,30 m (De 6m a 15m de altura)	-
Altura Máxima Permitida	14m	-

Fonte: Produzido pelo próprio autor através de informações do Plano Diretor e as Normas Técnicas Vigentes (2026)

O entorno do terreno (**Mapa 06**) apresenta, no momento, caráter predominantemente industrial e institucional, condição que contribui para a redução de conflitos imediatos de uso e favorece a viabilidade operacional do Centro de Saúde Pública Veterinária (CSPV). Contudo, o

estudo urbanístico elaborado pela equipe do Plus Ultra (**Figura 34**) indica uma reconfiguração progressiva do perfil de ocupação da região, com a introdução de áreas residenciais de interesse social no entorno. Ainda que o terreno selecionado esteja inserido na área especificamente destinada à implantação de Equipamentos de Uso Coletivo (EUC) e Equipamentos de Lazer e Uso Público (ELUP), essa transformação territorial configura uma condicionante relevante, uma vez que a futura coexistência entre usos residenciais e atividades de atendimento e tratamento animal pode gerar conflitos relacionados à emissão de ruídos, odores, intensificação da circulação de veículos e à percepção de salubridade e segurança por parte da população residente.

Mapa 06: Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Entorno do Projeto

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



Autoria: Leticia Franceline do Carmo (Outubro de 2025)

Fonte: informações retiradas do Google Maps em Outubro de 2025 e alterado por Leticia Franceline

LEGENDA:

 INSTITUCIONAL	 ÁREA VERDE
 RESIDENCIAL	 TERRENO
 SERVIÇOS	 APP HÍDRICA
 COMÉRCIO	

Fonte: Produzido pelo próprio autor através de análises visuais no local (2026)

Figura 34: Implantação e 3D da Proposta do Plus Ultra Apresentado para a Prefeitura em 2024



Fonte: Produzido pelo Plus Ultra (2024)

Diante desse cenário, a implantação do CSPV exige uma abordagem projetual sensível às dinâmicas urbanas e sociais do entorno, de modo a antecipar e mitigar possíveis impactos decorrentes da convivência entre os diferentes usos. A proximidade com equipamentos públicos como a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Dom Orione, a Ocupação Chico Rei e uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em fase de implantação reforça o potencial de articulação intersetorial entre as políticas de saúde, assistência social e proteção animal. Nesse sentido, o projeto arquitetônico deve incorporar estratégias como a setorização funcional, o controle de fluxos de veículos e usuários, bem como o uso de barreiras físicas e paisagísticas, visando contribuir para uma relação mais equilibrada entre o funcionamento do equipamento público e a qualidade de vida da população residente no entorno.

Apesar das limitações decorrentes do zoneamento e das diretrizes legais vigentes, o terreno apresenta dimensões compatíveis com o programa de necessidades, além de permitir expansões futuras, acompanhando a consolidação da política pública municipal de saúde animal. Dessa forma, considerando os aspectos técnicos, legais, urbanos e sociais analisados, o terreno selecionado reúne condições adequadas para a implantação do Centro de Saúde Público Veterinário, desde que o projeto incorpore estratégias de mitigação de impactos, como



setorização funcional, controle de fluxos, barreiras físicas e paisagísticas, garantindo a convivência harmônica entre o uso institucional e o uso residencial previsto para o entorno.

4.1.3 Condicionantes Ambientais e Normativas para o Centro de Saúde Público Veterinário

Diferentemente das condicionantes urbanas, territoriais e legais relacionadas ao terreno, analisadas no item anterior, este capítulo aborda as condicionantes ambientais e normativas vinculadas ao funcionamento de Centros de Saúde Público Animal, considerando as exigências técnicas que impactam diretamente a concepção arquitetônica do edifício e a definição do partido projetual.

A implantação do Centro de Saúde Público Veterinário (CSPV) deve atender às diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 1.275/2019 do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), que regulamenta o funcionamento dos Estabelecimentos Médico-Veterinários (EMVs). Entre as principais exigências destacam-se a necessidade de setorização funcional clara, a separação entre fluxos limpos e contaminados e a organização adequada dos ambientes conforme o grau de risco sanitário. Essas diretrizes influenciam diretamente a organização espacial do projeto, orientando a disposição dos setores de atendimento, diagnóstico, internação, procedimentos cirúrgicos e áreas técnicas.

A referida resolução também estabelece requisitos mínimos de infraestrutura, como pisos e revestimentos laváveis, superfícies de fácil higienização, ventilação eficiente, iluminação adequada e isolamento de áreas críticas, aspectos que condicionam escolhas construtivas, soluções de conforto ambiental e estratégias de controle sanitário. O atendimento a essas normas contribui não apenas para a segurança sanitária, mas também para a qualificação do atendimento público, garantindo condições dignas tanto para os animais quanto para os usuários e trabalhadores do equipamento, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

De forma complementar, adotam-se como referência técnica as diretrizes do Decreto Estadual nº 40.400/1995, que define áreas mínimas e condições físicas para ambientes como consultórios, centros cirúrgicos, setores de internação e necropsia. Embora esse decreto seja específico do Estado de São Paulo, sua utilização como parâmetro técnico mostra-se pertinente



diante da ausência de regulamentação equivalente no Estado de Minas Gerais, contribuindo para o dimensionamento adequado dos espaços e para a oferta de serviços de saúde animal em condições adequadas.

No que se refere aos condicionantes ambientais, o projeto deve observar as diretrizes do Plano Diretor Municipal de Ouro Preto, bem como as legislações federais e municipais relacionadas à ocupação do solo, ao manejo de resíduos sólidos e à proteção da fauna urbana. Nesse contexto, a Resolução nº 358/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) assume papel fundamental ao estabelecer normas para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, especialmente resíduos biológicos e necrochorumes, impactando diretamente a definição de áreas técnicas, fluxos independentes e soluções de implantação compatíveis com a escala urbana e o entorno social.

Dessa forma, as condicionantes ambientais e normativas analisadas ultrapassam o caráter estritamente legal e assumem papel estruturador do partido arquitetônico, orientando decisões relacionadas à implantação, setorização, circulação, escolha de materiais e estratégias de mitigação de impactos. Tais diretrizes contribuem para que o Centro de Saúde Pública Veterinária se consolide como um equipamento social, capaz de articular cuidado animal, saúde pública e inclusão social, em consonância com as demandas do território em que se insere.

Portanto, com base na análise dessas informações e visando facilitar o processo projetual, as principais diretrizes estabelecidas pelas resoluções, decretos e normas foram reunidas em uma única planilha-síntese (**Tabela 07**).

Tabela 07– Estudo para Compreender quais são os Ambientes Essenciais para um Centro de Saúde Pública Veterinária

Ambientes Essenciais e suas Áreas Mínimas Sugeridas		
Ambiente	Área Mínima (m²)	Função
Recepção e Sala de Espera	12,00	Cadastro e triagem inicial
Consultórios Clínicos (2)	6,00	Atendimentos gerais
Sala de Triagem	8,00	Avaliação prévia
Laboratório Básico	8,00	Exames clínicos simples



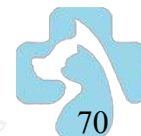
Sala de Preparo de Pacientes	6,00	Asepsia e medicação pré-operatória	
Centro Cirúrgico	12,00	Cirurgias de baixa e média complexidade	
Ante-Câmara Cirúrgica	4,00	Paramentação	
Sala de Esterilização	6,00	Limpeza e esterilização de instrumentos	
Internação Simplificada	12,00	Acolhimento temporário de pacientes	
Setor de Isolamento	6,00	Contenção de animais infectocontagiosos	
Necropsia / Armazenamento Frio	6,00	Resíduos e cadáveres	
Vestiários e Área de Descanso	8,00	Apoio à equipe	
Setor Administrativo / Apoio a ONGs	10,00	Gestão e integração com ONGs	
Depósito e PGRSS	6,00	Armazenamento de materiais e resíduos	
Banheiros Feminino e Masculino (2 unidades)	24,00	Para atender os visitantes e tutores	
Sala Multiuso / Educação Comunitária	12,00	Oficinas, palestras e microchipagem	
Depósito Comunitário (3 unidades)	18,00	Destinados para ONGs e grupos em prol do bem estar de animais de rua	
Áreas Livres para os Animais em tratamento	Cão (compartilhado)	28,00	Para os animais em tratamento que precise ficar internados
	Gato (compartilhado)	5,00	Para os animais em tratamento que precise ficar internados
Área Externa para Recreação	300,00	Atividades e feiras de adoção	
ÁREA TOTAL APROXIMADO (vassoura)		164,00	
ÁREA LIVRE		333,00	

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações coletadas na Resolução CFMV nº 1.275/2019, pesquisas bibliográficas e a campo (2025)

4.1.4 Partido Arquitetônico e Diretrizes de Projeto

O projeto do Centro de Saúde Público Veterinário fundamenta-se no conceito de arquitetura da dignidade e do bem-estar, compreendendo o edifício como um equipamento social voltado ao cuidado ampliado, no qual a saúde animal se articula à saúde pública, à inclusão social e à educação comunitária. O partido arquitetônico orienta-se pela criação de um ambiente acolhedor, funcional e acessível, capaz de atender às exigências técnicas do serviço veterinário sem perder sua dimensão humana e social.

As diretrizes projetuais derivam desse conceito e estruturam o projeto a partir de quatro eixos principais: bem-estar animal, acessibilidade e inclusão, sustentabilidade ambiental e



viabilidade econômica. Esses eixos orientam as decisões espaciais, construtivas e operacionais do edifício.

O bem-estar animal constitui o núcleo do projeto, refletindo-se na organização setorial e no dimensionamento dos espaços conforme o comportamento e as necessidades específicas de cada espécie. Os ambientes destinados aos cães priorizam áreas livres para circulação, recreação e socialização, enquanto os espaços voltados aos gatos incorporam elementos verticais, nichos e percursos elevados, favorecendo o conforto psicológico e a redução do estresse. Estratégias como ventilação cruzada, iluminação natural e controle acústico contribuem para a qualidade ambiental, associando conforto, higiene e saúde.

A acessibilidade e inclusão social orientam o uso do equipamento por diferentes perfis de usuários, incluindo pessoas com mobilidade reduzida. O edifício adota rampas com inclinação adequada, pisos antiderrapantes e circulações dimensionadas para cadeiras de rodas e macas veterinárias, garantindo percursos seguros, claros e integrados para tutores e animais.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, o projeto prioriza estratégias passivas de conforto, como implantação adaptada ao terreno em declive, ventilação cruzada, iluminação natural e sombreamento por meio de brises, cobogós e beirais. A integração com a natureza ocorre por meio de pátios internos, jardins drenantes, áreas permeáveis e uso de vegetação nativa, associada à captação de águas pluviais para usos não potáveis e à adoção de sistemas de eficiência energética. A gestão de resíduos segue as diretrizes da Resolução CONAMA nº 358/2005.

Por fim, a diretriz de viabilidade construtiva orienta a adoção de soluções simples, duráveis e de fácil manutenção, utilizando materiais acessíveis e técnicas construtivas eficientes. O uso de sistemas modulares e a racionalização dos espaços ampliam a viabilidade financeira do equipamento e possibilitam sua replicação em outros contextos urbanos. Dessa forma, o partido arquitetônico e as diretrizes projetuais consolidam o Centro de Saúde Pública Veterinária como um espaço de cuidado interespecie, socialmente comprometido e territorialmente adequado.



4.1.5 Programa de Projeto

O programa de Projeto do Centro de Saúde Pública Veterinária em Ouro Preto- pode ser visto no (**Apêndice 01**)- foi elaborado com base nos marcos regulatórios nacionais, nas diretrizes da Resolução CFMV nº 1.275/2019 e nas demandas específicas identificadas em visitas de campo, entrevistas com ONGs locais e análise comparativa com equipamentos como o Complexo Público Veterinário de Belo Horizonte (CPVBH). A proposta visa integrar funções clínicas, educativas, comunitárias e administrativas, com foco na saúde animal, no bem-estar humano e na inclusão social.

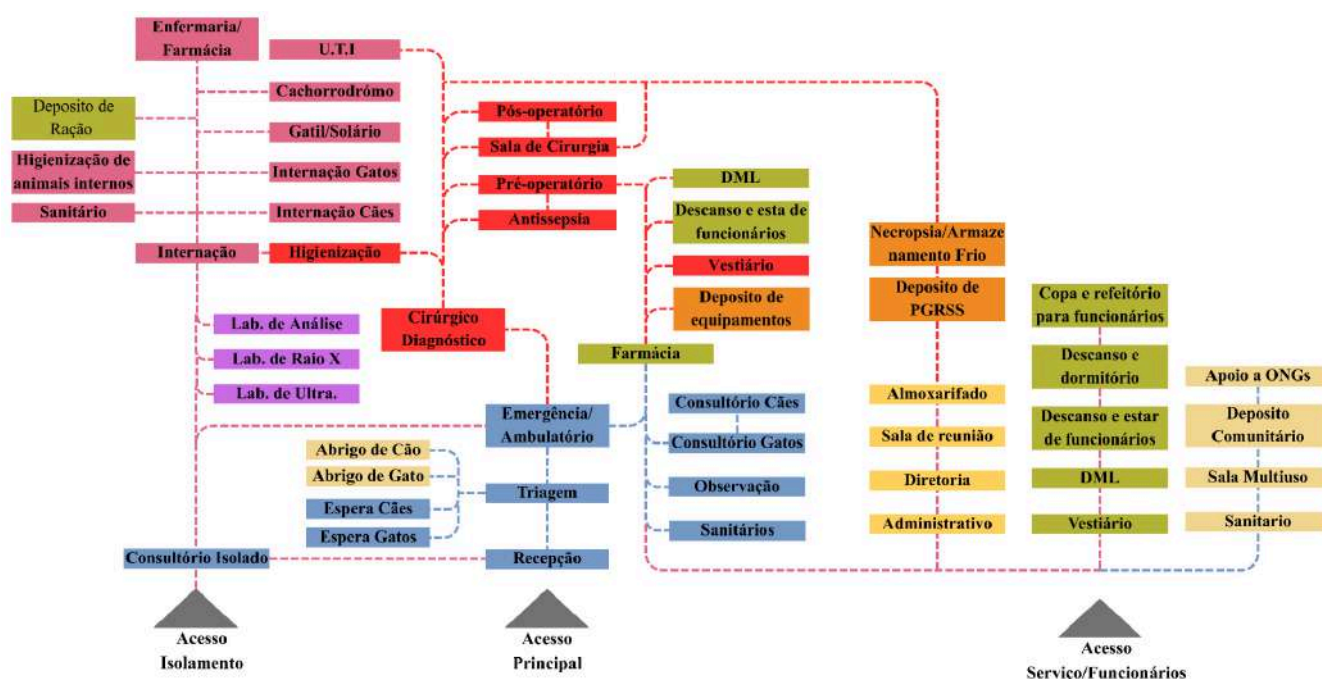
4.1.6 Setorização e Fluxos

A setorização funcional e a definição dos fluxos internos constituem elementos centrais na concepção do Centro de Saúde Pública Veterinária, uma vez que influenciam diretamente o funcionamento do equipamento, a segurança sanitária, o bem-estar animal e a experiência dos usuários. Em um contexto de atendimento público, torna-se fundamental organizar os espaços de forma clara e legível, reduzindo conflitos de circulação e garantindo dignidade tanto aos animais quanto às pessoas envolvidas no processo de cuidado.

O esquema de setorização e fluxogramas apresentado a seguir (**Figura 35**) sintetiza as principais decisões projetuais adotadas, organizando os ambientes conforme níveis de acesso — livre, semi-restrito e restrito — e evidenciando a separação entre os fluxos público, técnico, de serviço e de isolamento. Essa organização espacial busca evitar cruzamentos indevidos entre usuários, equipe, animais internados e resíduos, ao mesmo tempo em que promove eficiência operacional, conforto ambiental e redução do estresse animal.

Assim, o diagrama funciona como ferramenta de leitura do projeto arquitetônico, traduzindo graficamente os princípios do partido adotado, as diretrizes projetuais e as exigências sanitárias aplicáveis ao funcionamento de um equipamento público de saúde animal.

Figura 35: Diagrama de Setorização por Blocos e Fluxos do Programa de Projeto



LEGENDA:

- | | | |
|--|--|--|
| ATENDIMENTO | APOIO | ACESSO RESTRITO |
| DIAGNOSTICO | ADMINISTRATIVO | ACESSO SEME RESTRITO |
| CENTRO CIRÚRGICO | CAUSAS SOCIAIS | ACESSO LIVRE |
| INTERNAÇÃO | GERAL | |
| TECNICO | | |

Fonte: Desenvolvido pela autora (2025)

A partir desse esquema, desenvolve-se a implantação e a organização espacial do edifício.

4.2 O Projeto: Memorial Descritivo e Justificativo

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do projeto arquitetônico proposto, contemplando as etapas que conduziram à elaboração do anteprojeto do Elo de São Francisco (CSPV). Serão descritos os critérios adotados, as diretrizes projetuais, as decisões técnicas e conceituais que fundamentaram a proposta, evidenciando a relação entre o programa de necessidades, o contexto urbano e os princípios que orientam a concepção do



equipamento social. O detalhamento completo do anteprojeto pode ser consultado no documento complementar intitulado **Caderno do Projeto Arquitetônico – Centro de Saúde Pública Veterinário em Ouro Preto**, disponibilizado separadamente desta monografia conforme as orientações da biblioteca da Universidade Federal de Ouro Preto (**Apêndice 02**).

4.2.1 Parâmetros Urbanísticos atingidos

Com o objetivo de verificar a conformidade do projeto com a legislação urbanística vigente do município de Ouro Preto, foi realizado um cálculo das áreas alcançadas no projeto de modo a não ultrapassar os limites exigidos pela norma, como indica a (**Tabela 08**).

Tabela 08– Parâmetros Urbanísticos ZAR-2 Alcançados em Projeto

Parâmetros Urbanísticos ZAR-2		Terreno (2.574,47 m ²)	Alcançados (m ²)
Coefficiente de Aproveitamento (CA)	1	2574,47	924,29
Taxa de Ocupação (TO%)	50%	1287,235	1132,22
Taxa de Permeabilidade (TP%)	30%	772,341	869,4
Testada Mínima (TM)	10,00 m	32,70 m	32,70 m
Afastamento Frontal	3,00 m	-	3,00 m
Afastamento Lateral e de Fundo	0,00 m ou 1,50 m (Até 6 m de altura) 2,30 m (De 6m a 15m de altura)	-	0,00 m e 2,30 m
Altura Máxima Permitida	14m	-	6,00 m a 9,00 m

Fonte: Desenvolvido pela autora com base no Plano Diretor de Ouro Preto (2025)

Ademais, como o terreno está localizado em área de interesse social, o poder público flexibiliza as normas urbanísticas por meio da sobreposição de zonas, permitindo melhor aproveitamento do lote. Dessa forma, foi possível alcançar os índices apresentados na (**Tabela 09**).



Tabela 09– Parâmetros Urbanísticos com a Sobreposição das ZEIS sobre a ZAR-2 Alcançados em Projeto

Parâmetros Urbanísticos com a Sobreposição das ZEIS sobre ZAR-2		Terreno (2.574,47 m²)	Alcançados (m²)
Coeficiente de Aproveitamento (CA)	1,5	3861,705	924,29
Taxa de Ocupação (TO%)	63%	1609,04375	1132,22
Taxa de Permeabilidade (TP%)	23%	579,25575	869,4
Testada Mínima (TM)	10,00 m	32,70 m	32,70 m
Afastamento Frontal	3,00 m	-	3,00 m
Afastamento Lateral e de Fundo	0,00 m ou 1,50 m (Até 6 m de altura) 2,30 m (De 6m a 15m de altura)	-	0,00 m e 2,30 m
Altura Máxima Permitida	14m	-	6,00 m a 9,00 m

Fonte: Desenvolvido pela autora com base no Plano Diretor de Ouro Preto (2025)

Por fim, o plano diretor possui algumas normas referente a vagas de estacionamentos voltadas para edifícios institucionais que devem ser atendidas em projeto (**Tabela 10**)

Tabela 10– Parâmetros Urbanísticos para Vagas de estacionamento Alcançados em Projeto

Parâmetros Urbanísticos com a Sobreposição das ZEIS sobre ZAR-2		Terreno (1.500m²)	Alcançados (m²)	
Carga e Descarga	3,50 m x 9,00 m	área líquida >500m ² e < 1000m ² : 1 vaga Área líquida > 1000m ² : 1 vaga / 1000m ² , desprezando-se as frações	1	1
Veículos	2,50 m x 5,00 m	1 vaga para cada 150 m ² de área líquida Vagas adicionais: 1 vaga para cada 450 m ² de área líquida	8	8
Mobilidade Reduzida	2,50 m x 5,00 m Faixa Adicional de 1,20	5% das vagas de estacionamento	1	1
Embarque e Desembarque de Pessoas	2,50 m x 5,00 m	1 vaga	1	1

Largura e declividade Mínima	(L) 2,50 m (D) 25%	-	-	-
------------------------------	-----------------------	---	---	---

Fonte: Desenvolvido pela autora com base no Plano Diretor de Ouro Preto (2025)

4.2.2 Diagramas Volumétricos, Fluxos e Insolação

A partir dos estudos desenvolvidos nos capítulos anteriores — especialmente aqueles relacionados à análise territorial do município de Ouro Preto, à escolha do terreno, às condicionantes urbanísticas, ambientais e sanitárias, — foi possível avançar para a etapa de concepção projetual do Centro de Saúde Pública Veterinário.

O primeiro passo desta fase consistiu em transformar as condicionantes do terreno em elementos concretos de projeto. Considerando a topografia acentuada da área escolhida, foram elaborados diagramas de platôs com o objetivo de compreender o comportamento do terreno e suas possibilidades de ocupação. Além disso, o programa funcional exige acessibilidade, clareza na setorização e rigor no controle de fluxos, a fim de minimizar riscos de contaminação entre áreas com diferentes níveis de restrição sanitária.

Diante dessas premissas, optou-se pela criação de três platôs bem definidos, capazes de funcionar de forma relativamente independente, mas mantendo relações funcionais entre si. Essa estratégia permitiu adaptar a edificação à topografia natural do terreno, reduzir movimentações excessivas de terra e garantir maior eficiência na organização dos usos, conforme ilustrado no diagrama de platôs (**Figura 36**).

Figura 36: Diagrama de Platôs



Fonte: Desenvolvido pela autora (2025)



Em um segundo momento, passou-se à definição da volumetria, em diálogo com as condicionantes físicas e urbanas do local. O terreno possui sua testada principal voltada para o sul, o que orientou a implantação dos acessos. No entanto, as fachadas leste e oeste configuram-se como pontos de maior atenção, uma vez que recebem incidência solar ao longo de todo o dia.

Além da insolação, essas fachadas apresentam relações diretas com o entorno imediato. A oeste, o terreno faz divisa com importantes equipamentos públicos de saúde, como a UPA Dom Orione, além da implantação prevista de uma Unidade Básica de Saúde e outro equipamento institucional. Já a leste, encontra-se um projeto de habitação social desenvolvido pelo Programa Plus Ultra para a Prefeitura Municipal, reforçando a necessidade de um cuidado especial na interface entre o edifício e a comunidade residente.

Com o objetivo de atender ao programa de necessidades, respeitar as condicionantes ambientais, sanitárias, normativas e as diretrizes de projeto e, ao mesmo tempo, minimizar impactos negativos sobre a vizinhança a partir dos capítulos anteriores, o conjunto foi organizado em três setores principais, distribuídos de acordo com os platôs.

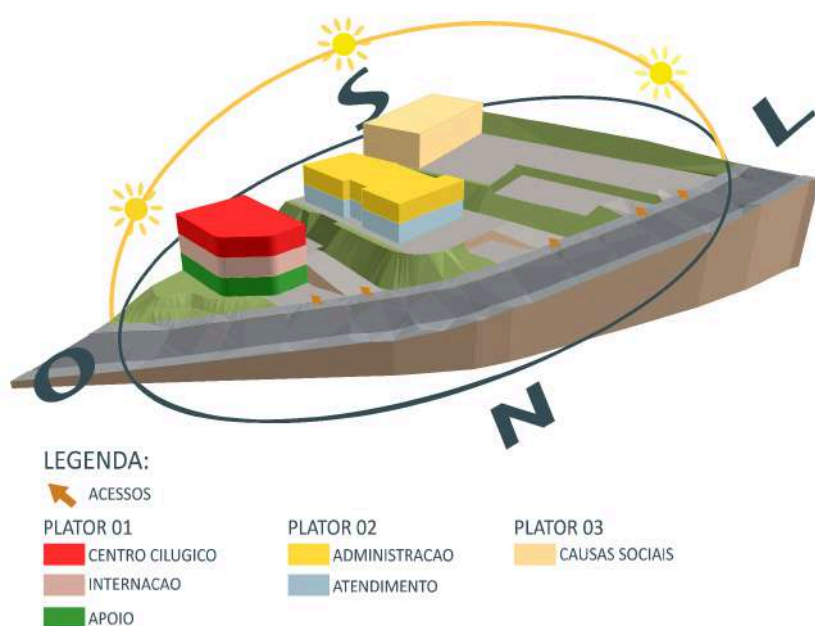
O Platô 03, localizado junto à divisa leste do terreno, foi definido como o setor social, abrigando uma praça e espaços destinados a eventos de adoção e atividades comunitárias. Além de sua função social, o Platô 03 foi concebido como elemento de transição entre o equipamento e a habitação social adjacente, atuando também como barreira acústica, por meio da incorporação de elementos paisagísticos que contribuem para a atenuação sonora e o conforto ambiental. Essa configuração busca fortalecer a integração com a comunidade local e reduzir possíveis conflitos de uso.

O Platô 02 corresponde à área de atendimento, concentrando os serviços de menor complexidade e os atendimentos rotineiros ao público. Sua posição intermediária favorece a articulação entre os setores social e técnico, garantindo acessibilidade aos usuários sem comprometer o funcionamento das áreas restritas.

Por fim, o Platô 01, situado na porção oeste do terreno, mais próximo aos equipamentos de saúde existentes, foi destinado ao setor restrito, abrigando áreas de cirurgia, internação e espaços de apoio aos funcionários. O acesso a esse setor é controlado, assegurando maior

segurança sanitária e funcional, além de reduzir interferências entre fluxos públicos e técnicos. Nesse platô, também foi prevista a implantação de uma barreira acústica por meio de elementos paisagísticos, os quais contribuem simultaneamente para a atenuação de ruídos e para o bloqueio parcial da incidência solar no período da tarde, reforçando o conforto ambiental das áreas técnicas e de permanência prolongada (**Figura 37**).

Figura 37: Diagrama Volumétrico



Fonte: Desenvolvido pela autora (2025)

Dessa forma, os diagramas volumétricos, de fluxos e de insolação evidenciam uma estratégia projetual que busca conciliar as exigências do programa, as características físicas do terreno, o controle sanitário e a integração responsável com o entorno urbano.

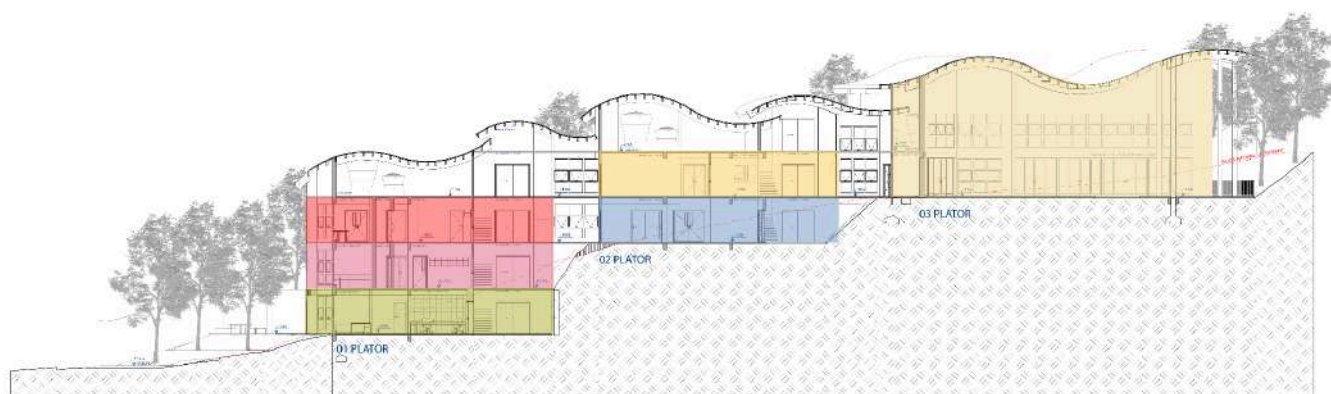
4.2.3 Setorização dos Platôs

Para compreender as relações interfuncionais do projeto e garantir a correta articulação entre os diferentes usos previstos, foi adotado o diagrama de setorização por blocos e fluxos do programa de necessidades (**Figura 38**), em conjunto com o Programa de Necessidades do Projeto apresentado no Capítulo 4.5. A partir dessa base, foram desenvolvidas plantas de setorização dos platôs, nas quais os ambientes são identificados por cores, indicando os setores

correspondentes a cada nível da edificação, bem como os fluxos principais e as relações estabelecidas com o entorno imediato.

Essa representação gráfica possibilita a leitura clara da organização funcional do conjunto, evidenciando a separação entre áreas sociais, de atendimento e restritas, além de auxiliar na verificação dos percursos de usuários, funcionários e animais, aspecto fundamental para o controle sanitário e para o bom funcionamento do Centro de Saúde Público Veterinário.

Figura 38: Planta de Setorização Interna com Corte Esquemático para Entender os Platôs



LEGENDA:

01 PLATOR:

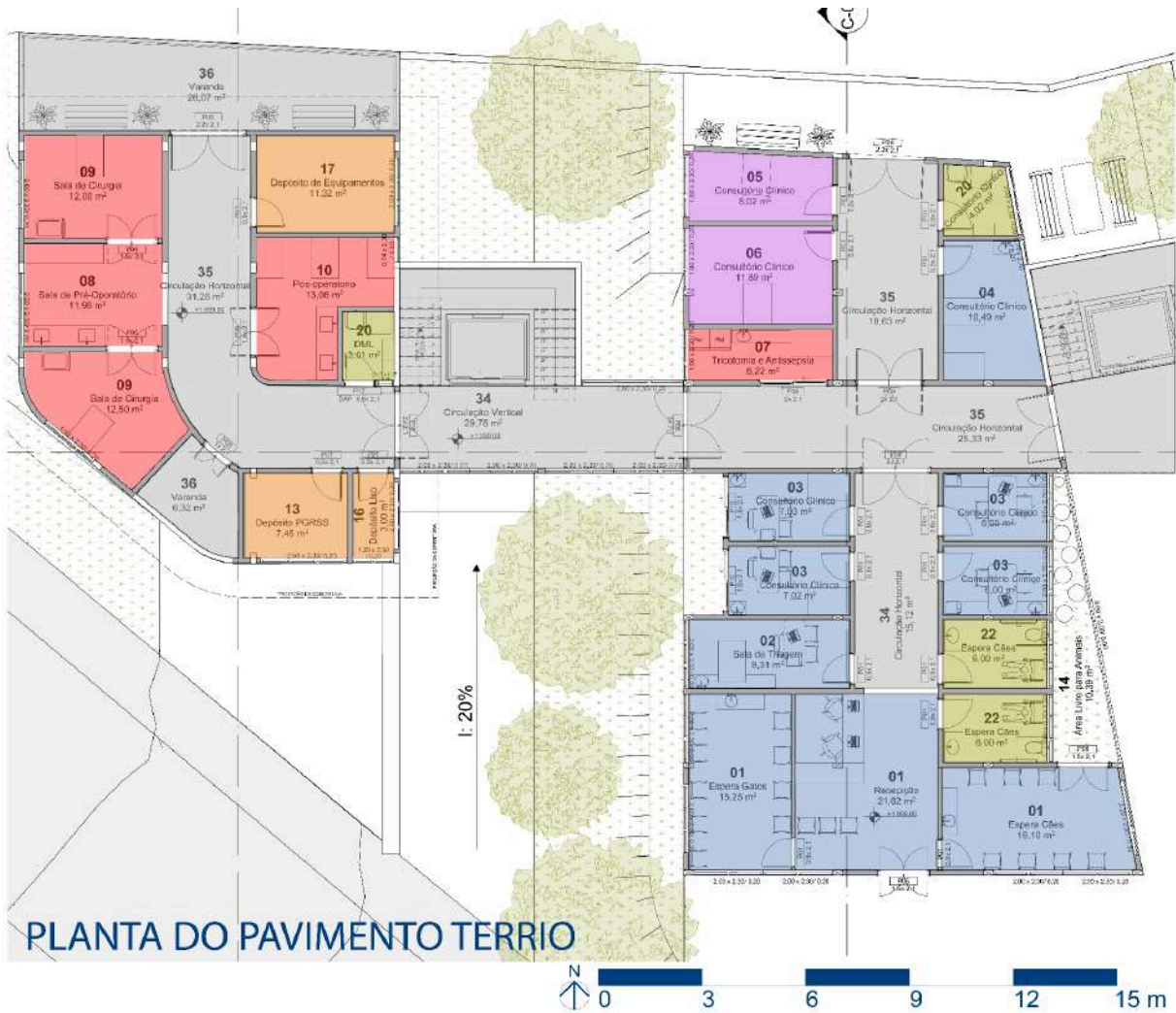
- PAVIMENTO TERRIO
- -1 SUBSOLO
- -2 SUBSOLO

02 PLATOR:

- 1 PAVIMENTO
- PAVIMENTO TERRIO

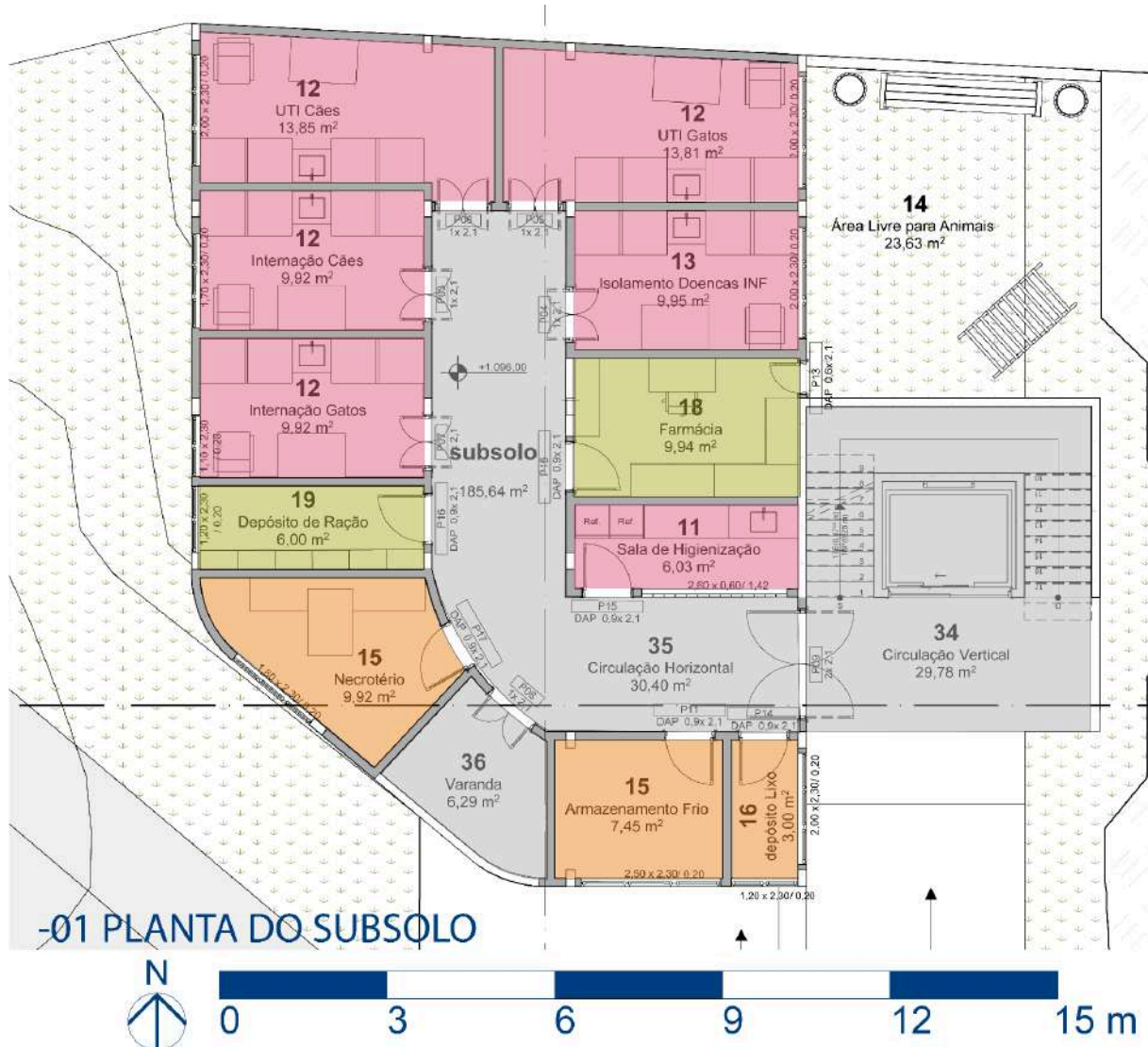
03 PLATOR:

- 1 PAVIMENTO



LEGENDA:

- | | |
|---|---|
| SETOR DE ATENDIMENTO | SETOR DE APOIO |
| SETOR DE DIAGNOSTICO | SETOR ADMINISTRATIVO |
| SETOR DE CENTRO CIRÚRGICO | SETOR DE CAUSAS SOCIAIS |
| SETOR DE INTERNAÇÃO | GERAL |
| SETOR TECNICO | |

**LEGENDA:**

■ SETOR DE ATENDIMENTO

■ SETOR DE DIAGNOSTICO

■ SETOR DE CENTRO CIRÚRGICO

■ SETOR DE INTERNAÇÃO

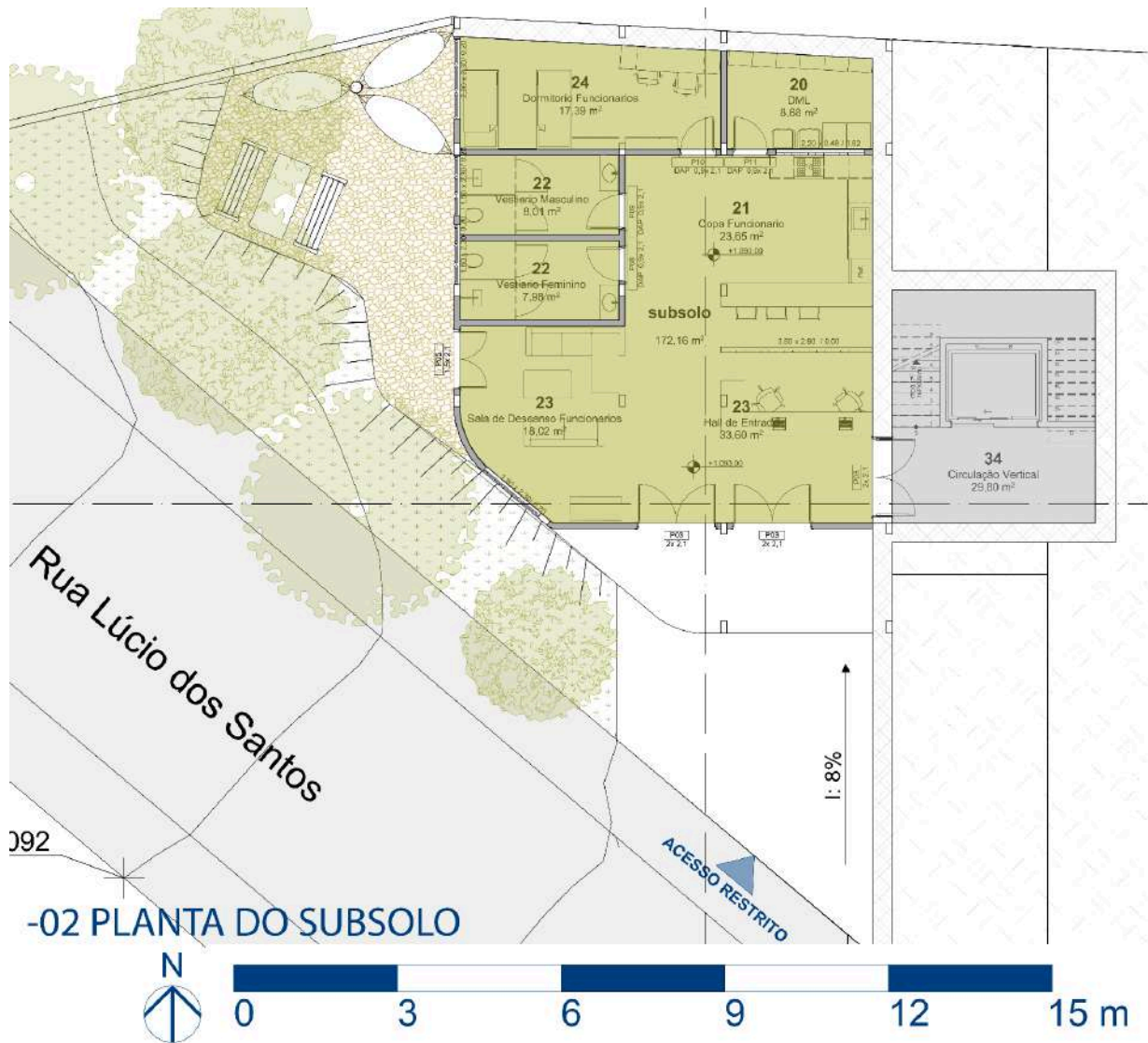
■ SETOR TECNICO

■ SETOR DE APOIO

■ SETOR ADMINISTRATIVO

■ SETOR DE CAUSAS SOCIAIS

■ GERAL



LEGENDA:

- | | |
|--|---|
|  SETOR DE ATENDIMENTO |  SETOR DE APOIO |
|  SETOR DE DIAGNOSTICO |  SETOR ADMINISTRATIVO |
|  SETOR DE CENTRO CIRÚGICO |  SETOR DE CAUSAS SOCIAIS |
|  SETOR DE INTERNAÇÃO |  GERAL |
|  SETOR TECNICO | |



PLANTA DO 1º PAVIMENTO

LEGENDA:

- | | |
|--|--|
| SETOR DE ATENDIMENTO | SETOR DE APOIO |
| SETOR DE DIAGNOSTICO | SETOR ADMINISTRATIVO |
| SETOR DE CENTRO CIRÚRGICO | SETOR DE CAUSAS SOCIAIS |
| SETOR DE INTERNAÇÃO | GERAL |
| SETOR TECNICO | |

Fonte: Desenvolvido pela autora (2025)

A setorização adotada demonstra que a organização do projeto atende de forma eficiente às exigências funcionais, sanitárias e urbanas do programa. A separação clara entre os platôs permite o controle dos fluxos, evitando cruzamentos indevidos entre áreas públicas,



técnicas e restritas, ao mesmo tempo em que garante acessibilidade e legibilidade espacial aos usuários.

Além disso, a relação estabelecida entre os setores e o entorno imediato evidencia uma implantação sensível ao contexto urbano, minimizando conflitos com os usos vizinhos e reforçando o caráter público e social do equipamento. Dessa forma, a setorização dos platôs confirma-se como uma estratégia fundamental para o adequado funcionamento do Centro de Saúde Pública Veterinária, articulando programa, forma e território de maneira coerente.

4.2.4 Decisões Projetuais

O desenvolvimento do projeto do Centro de Saúde Pública Animal foi orientado por condicionantes técnicos, econômicos e territoriais inerentes à implantação de um equipamento público, especialmente no que se refere às limitações orçamentárias, à topografia acentuada do terreno e às exigências sanitárias e funcionais de um serviço veterinário. Diferentemente de equipamentos privados ou hospitalares de grande porte, o projeto parte da premissa da viabilidade construtiva e operacional, buscando soluções arquitetônicas que conciliem qualidade espacial, acessibilidade universal e segurança sanitária, sem recorrer a sistemas excessivamente complexos ou dispendiosos.

A implantação do edifício em platôs, acompanhando a topografia natural do terreno, configura-se como uma decisão estruturante do projeto, permitindo responder de forma integrada às condicionantes físicas e funcionais do sítio. Essa estratégia possibilitou a acomodação dos diferentes setores de maneira hierarquizada e eficiente, reduzindo grandes movimentações de terra e favorecendo a relação entre os espaços internos e externos. Para fins de organização projetual e leitura arquitetônica, o conjunto foi estruturado em três platôs principais, os quais correspondem tecnicamente aos pavimentos da edificação. O Platô Social corresponde ao primeiro pavimento; o Platô de Atendimento ao Público corresponde ao pavimento térreo, onde se localiza o setor de atendimento e ao primeiro pavimento, destinado ao setor administrativo; e o Platô de Atendimento Clínico Avançado corresponde ao pavimento térreo, onde se localiza o centro cirúrgico, o subsolo 1, destinado à internação, e o subsolo 2, destinado ao apoio aos funcionários (**Figura 39**).

Figura 39: Diagrama de Setorização dos Platôs



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

A partir dessa organização em platôs, uma das principais problemáticas enfrentadas diz respeito à definição da circulação vertical e à separação adequada dos fluxos entre usuários, animais, funcionários e serviços. As limitações financeiras inerentes a um equipamento público inviabilizaram a adoção de circulações verticais completamente independentes para cada setor, solução recorrente em hospitais veterinários de maior porte. Como alternativa, o projeto adotou uma estratégia integrada, combinando a setorização física rigorosa dos ambientes com o controle operacional dos fluxos, por meio da definição de horários específicos para atividades potencialmente conflitantes, como transporte de animais, retirada de resíduos e circulação de serviços. Essa abordagem compreende a operação como parte indissociável do projeto arquitetônico, garantindo o funcionamento seguro do equipamento mesmo diante de restrições construtivas e orçamentárias.

Considerando que a implantação em diferentes níveis intensifica a relação entre edificação, espaços externos e topografia, o projeto incorporou, desde as etapas iniciais, soluções de infraestrutura voltadas ao adequado manejo das águas pluviais. A declividade acentuada do terreno e as condições climáticas características de Ouro Preto exigiram a implantação de um sistema de drenagem distribuído por toda a área externa, com o objetivo de

assegurar o escoamento eficiente das águas, evitar o acúmulo superficial e prevenir processos de degradação do solo e das áreas de uso coletivo (**Figura 40**). Dessa forma, a drenagem é compreendida não como um elemento técnico isolado, mas como parte essencial do sistema arquitetônico e urbano proposto, garantindo a segurança, o conforto e a durabilidade dos platôs, da praça e das atividades sociais e institucionais associadas ao Centro de Saúde Público Veterinário.

Figura 40: Diagrama Básico do Funcionamento da Drenagem da Área Externa



LEGENDA:

- 01 Canaleta de Drenagem com grelha metálica de ferro galvanizado
- 02 Caixa de inspeção com grelha de coleta, possibilita a limpeza e inspeção do sistema
- 03 Terreno devidamente preparado para auxiliar na drenagem

Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

1. Área Destinada ao Atendimento ao Público

O setor de Atendimento ao Público foi projetado em posição intermediária entre o Platô de Atendimento Clínico Avançado e o platô de caráter social, assumindo papel fundamental na

organização funcional do conjunto. Essa localização responde à necessidade de abrigar atividades de uso cotidiano, voltadas principalmente aos tutores, ao mesmo tempo em que estabelece uma transição gradual entre os setores de Atendimento Clínico Avançado, e os espaços de uso Social.

A concepção desse platô tem como objetivo contribuir para a mitigação dos problemas identificados no Capítulo 2, com especial atenção às questões relacionadas ao abandono de animais no município, discutidas no item 2.2. Nesse sentido, o setor de atendimento ao público configura-se como a principal porta de entrada do Centro de Saúde Público Veterinário, concentrando os fluxos de chegada, orientação e acompanhamento dos tutores e de seus animais, funcionando como interface direta entre a população e o equipamento (**Figura 41**).

Figura 41: Fachada do Setor de Atendimento ao Público



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

Os acessos ao setor foram projetados de forma clara e facilitada, tanto para pedestres quanto para automóveis, garantindo acessibilidade, conforto e eficiência no uso diário do espaço. Essa organização contribui para reduzir situações de estresse, conflitos de circulação e sobreposição de fluxos, aspectos essenciais em um equipamento público de atendimento veterinário.

A organização interna do platô foi pensada para possibilitar o atendimento simultâneo de cães e gatos, respeitando as particularidades comportamentais e sensoriais de cada espécie. Para isso, foram previstas duas recepções que funcionam como salas de espera independentes: uma destinada aos gatos, equipada com dispositivos adequados à sua segurança e bem-estar, conforme abordado no Capítulo 2.2.1, e outra voltada aos cães, conectada a uma pequena área externa com a presença de elementos sensoriais, conforme discutido no Capítulo 2.2.2 (**Figura 42**). Essa separação busca minimizar conflitos, reduzir o estresse dos animais e qualificar a experiência de atendimento para tutores e profissionais.

Figura 42: Sala de Espera para Gatos e Sala de Espera para Cães



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

Os consultórios seguem a mesma lógica de atendimento responsivo, sendo projetados para atender ambas as espécies de forma adequada, respeitando suas necessidades físicas, comportamentais e emocionais (**Figura 43**). Os demais ambientes de apoio ao atendimento clínico também foram concebidos a partir desse princípio, garantindo coerência entre o programa arquitetônico e as diretrizes teóricas que fundamentam o projeto.

Figura 43: Consultório Clínico para Gatos e Cães

Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

Inserido no mesmo platô destinado ao atendimento ao público, o setor administrativo localiza-se no segundo pavimento da edificação e contribui como elemento central de articulação entre os ambientes de atendimento e os demais platôs do conjunto. Além de concentrar funções técnicas indispensáveis, como a organização e a gestão da documentação dos animais atendidos, o setor também funciona como espaço de apoio aos funcionários, incorporando áreas de descanso e espaços avarandados que contribuem para o conforto ambiental e para a qualidade das condições de trabalho. Conforme discutido no Capítulo 3.1.1, o bem-estar da equipe é determinante para a eficiência dos atendimentos, sendo o cuidado com os profissionais compreendido como parte integrante do sistema proposto.

2. Área Destinada ao Atendimento Clínico Avançado

O setor de Atendimento Clínico Avançado foi implantado no primeiro Platô, localizado na porção mais baixa do terreno, como desdobramento direto das diretrizes gerais de setorização sanitária, controle de fluxos e adequação à topografia. Essa decisão projetual responde às exigências normativas discutidas nos capítulos anteriores e à necessidade de reduzir riscos de contaminação cruzada entre os ambientes de maior complexidade técnica e os setores de uso público do equipamento (**Figura 44**).

Figura 44: Localização do Platô de Atendimento Clínico Avançado



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

A distribuição do setor em diferentes níveis — pavimento térreo, subsolo 1 e subsolo 2 — permitiu organizar de forma hierárquica e funcional as atividades clínicas, respeitando a lógica dos procedimentos veterinários e os diferentes graus de restrição de acesso. No pavimento térreo localiza-se o centro cirúrgico (**Figura 45**), cuja posição estratégica possibilita acesso controlado a partir do Platô de Atendimento ao Público, por meio de passarela externa associada à circulação vertical. Essa solução facilita a logística de atendimento e o deslocamento dos animais, mantendo a separação funcional necessária aos procedimentos cirúrgicos.

Figura 45: Centro Cirúrgico

Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

O setor de internação foi implantado no subsolo 1, em nível inferior ao centro cirúrgico, favorecendo maior controle ambiental, redução de interferências externas e isolamento acústico, aspectos fundamentais para a recuperação dos animais. O acesso ocorre tanto pela circulação vertical interna — composta por escada e elevador — quanto diretamente pela via pública, garantindo autonomia de funcionamento e flexibilidade operacional, especialmente em situações que exigem permanência prolongada ou controle rigoroso de fluxos.

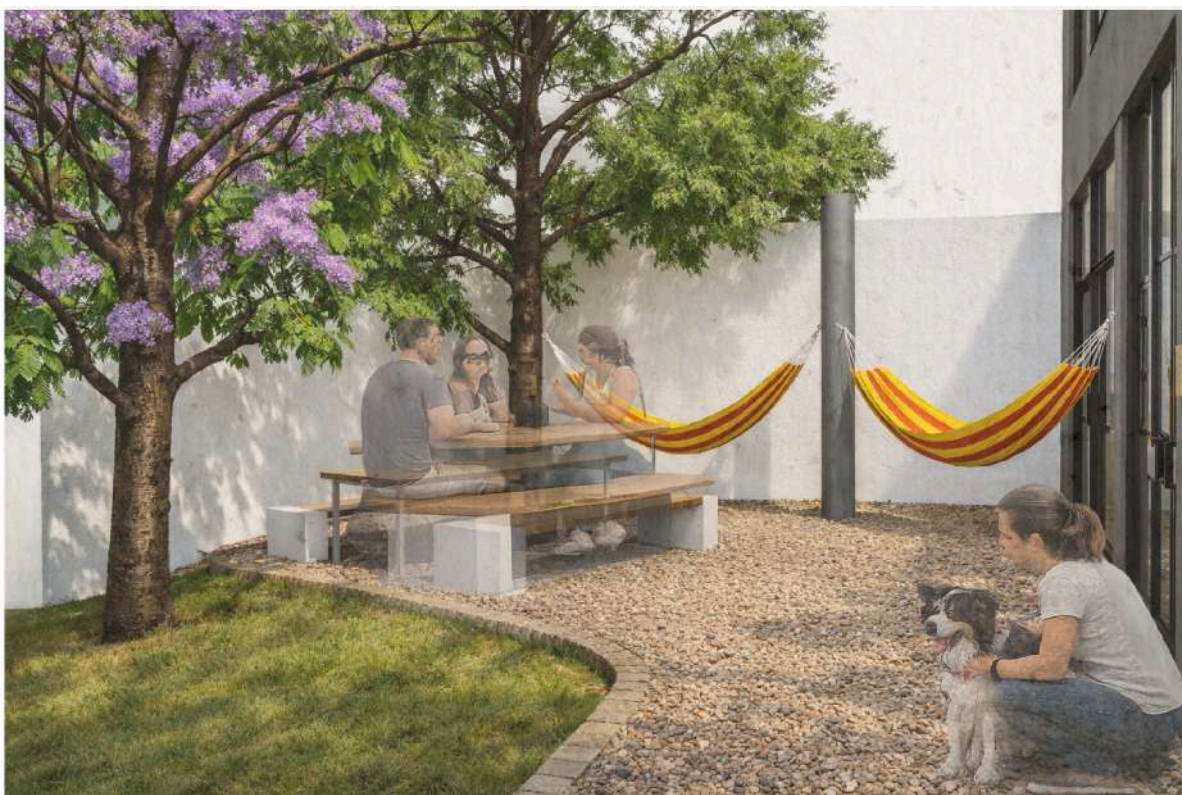
No subsolo 2 localiza-se o setor de apoio aos funcionários, composto por hall de entrada, sala de descanso, dormitório, vestiários e área externa (**Figura 46**). A implantação desse setor em nível inferior reforça a separação entre os fluxos assistenciais e de serviço, contribuindo para a organização funcional do conjunto. O projeto considera as condições de trabalho da equipe como fator essencial para o funcionamento adequado do atendimento veterinário, integrando esse setor ao sistema operacional do equipamento (**Figura 47**).

Figura 46: Hall de Entrada, Sala de Descanso e Copa para Funcionários



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

Figura 67: Área Externa para Funcionários



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

3. Área Destinada à Adoção e sua Conexão com a Praça

O setor de Adoção foi projetado como um espaço estratégico dentro do conjunto, tendo como objetivo central responder às dificuldades enfrentadas pelas ONGs de proteção animal, discutidas no Capítulo 2.3, ao mesmo tempo em que estabelece uma transição física e sensorial entre o equipamento público e a área de Habitação Social vizinha, atuando também como barreira acústica (**Figura 48**). Dessa forma, o platô assume papel fundamental na mediação entre o uso institucional, o espaço público e o entorno imediato.

Figura 48: Inserção do Edifício Sentidos e o Projeto do Plus Ultra para a Habitação Vizinha



Fonte: Desenvolvido pelo Plus Ultra e alterado pela autora (2026)

Nesse contexto, foi implantada uma edificação de caráter multiuso destinada às atividades de adoção, composta por um salão de grandes dimensões, copa voltada para a praça, sanitários e depósitos comunitários, permitindo flexibilidade de uso e adaptação a diferentes demandas. A organização dos espaços internos e sua relação direta com o exterior possibilitam

que a edificação se abra para a praça, criando uma continuidade espacial entre áreas cobertas e descobertas, conforme evidenciado na **(Figura 49)**.

Figura 49: Fachada do Bloco Social



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

Essa integração amplia o potencial de uso do espaço, permitindo que ele seja utilizado pelas ONGs em dias de adoção **(Figura 50)**, mas também apropriado pela comunidade local como área para feiras, pequenos eventos e atividades de lazer no cotidiano **(Figura 51)**. Assim, o platô deixa de ser um espaço de uso pontual e passa a funcionar como um ambiente ativo e permanente, reforçando seu caráter de equipamento social.

Figura 50: Utilização em dias de Adoção pelas ONGs



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

Figura 51: Utilização em dias de Feira pela Comunidade Local



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

Complementando essa proposta, a área de soltura para cães foi equipada com playground que atende tanto aos animais quanto às crianças, fortalecendo a convivência entre diferentes públicos e incentivando múltiplas formas de uso do espaço (**Figura 52**). A praça é composta por vegetação, iluminação voltada ao pedestre, bancos e lixeiras, elementos que contribuem para o conforto ambiental, a permanência e a apropriação do espaço ao longo do dia.

Figura 52: Área Destinada para soltura de cães e Playground



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

Além do uso recreativo e comunitário, a praça desempenha um papel educativo e de conscientização sobre a adoção responsável de animais. Para isso, foram implantados totens informativos distribuídos ao longo do espaço, que apresentam informações sobre os animais disponíveis para adoção e orientações sobre como entrar em contato com as ONGs responsáveis, reforçando a função social e pedagógica do projeto (**Figura 53**)

Figura 53: Áreas com totens de adoção



Fonte: Totens desenvolvido por Santos Neto e alterado pela autora (2026).

4.2.5 Decisões Ambientais

1. Escolha dos materiais:

As escolhas dos materiais adotados no projeto foram fundamentadas em critérios de sustentabilidade, disponibilidade regional, facilidade de manutenção e atendimento às normas técnicas brasileiras, especialmente à ABNT NBR 5674 – Manutenção de edificações, que estabelece diretrizes para a gestão da manutenção ao longo da vida útil da edificação. Considerou-se, de forma prioritária, a necessidade de garantir desempenho durável, baixo custo de manutenção e viabilidade de conservação futura, aspectos essenciais para edificações públicas, que frequentemente enfrentam limitações orçamentárias para manutenção contínua.

A localização do terreno no município de Ouro Preto (MG), caracterizado por clima tropical de altitude, elevados índices pluviométricos em determinados períodos do ano e relevo



acidentado, influenciou diretamente a seleção dos materiais. Dessa forma, foram priorizados sistemas construtivos resistentes à umidade, às variações térmicas e às condições de uso intensivo, além de materiais amplamente disponíveis na região, com mão de obra local capacitada para execução e manutenção.

Os principais critérios adotados na escolha dos materiais foram:

- **Disponibilidade regional**, priorizando materiais facilmente encontrados nas proximidades de Ouro Preto, Minas Gerais, reduzindo custos logísticos e impactos ambientais associados ao transporte;
- **Facilidade de manutenção**, com a adoção de soluções construtivas consolidadas, que demandam intervenções simples e de baixo custo ao longo do tempo;
- **Conformidade normativa**, garantindo atendimento às normas técnicas brasileiras relativas ao desempenho, durabilidade e segurança das edificações voltadas para a saúde.

Nesse sentido, optou-se por sistemas construtivos tradicionais e amplamente utilizados, descritos a seguir:

- **Estrutura:** fundações, vigas e pilares executados em concreto armado, devido à sua durabilidade, resistência estrutural e ampla disponibilidade de materiais e mão de obra especializada. As fundações receberam sistema de impermeabilização, visando a proteção da estrutura contra a umidade do solo e o aumento da vida útil da edificação.
- **Cobertura:** estrutura em sistema metálico, associada a telhas metálicas zipadas, escolhidas pela capacidade de vencer vãos e permitir curvaturas suaves, atendendo à proposta de uma cobertura de caráter orgânico que integra os três platôs em níveis distintos do terreno, além de facilitar a execução e a manutenção. Sua concepção também considera, de forma preliminar, a possibilidade de favorecer estratégias passivas de iluminação e ventilação natural, compatíveis com o nível de estudo preliminar adotado neste trabalho.
- **Vedações:** paredes executadas em tijolos cerâmicos, com revestimento em argamassa, pintura e impermeabilização adequadas. Essa solução garante resistência à umidade, bom desempenho térmico e facilidade de reparo, características importantes considerando o clima da região.



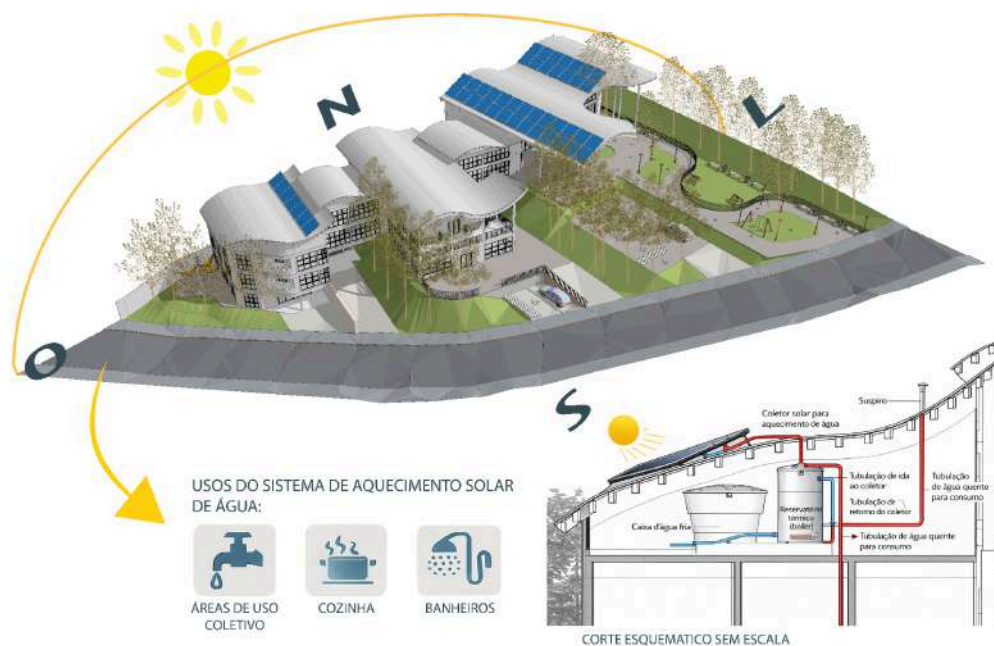
- **Esquadrias:** portas e janelas em material metálico, com pintura na cor preta e padronização de dimensões, visando racionalização construtiva, redução de custos de produção e facilidade de reposição futura.
- **Pisos:** revestimento em material cerâmico lavável, escolhido em função do programa da edificação, que envolve atividades relacionadas à saúde animal, exigindo superfícies de fácil higienização, resistência ao uso intenso e manutenção simplificada.

Ressalta-se que, embora os materiais adotados não sejam inovadores, sua escolha está diretamente associada ao caráter público e social da edificação. A adoção de soluções construtivas consolidadas, de fácil acesso e manutenção, busca garantir a longevidade do edifício, reduzir riscos de degradação precoce e assegurar que, mesmo diante de eventuais restrições financeiras futuras, a edificação possa ser mantida em condições adequadas de uso e funcionamento.

2. Placas Solares (Sistema de Aquecimento Solar de Água)

A adoção do sistema de aquecimento solar de água foi justificada pelo potencial de aproveitamento da energia solar no terreno, considerando a orientação da edificação e as condições de insolação da cidade de Ouro Preto (MG). De acordo com recomendações técnicas para o hemisfério sul, os coletores solares apresentam melhor desempenho quando orientados para o Norte geográfico, condição adotada no projeto, conforme a disposição da cobertura indicada nas (**Figura 54**).

Figura 54: Diagrama Básico do Funcionamento da Drenagem da Área Externa



Fonte: Desenvolvido pela autora (2026)

Segundo a ABNT NBR 15220, a orientação adequada das superfícies construtivas é um fator determinante para o desempenho térmico das edificações, sendo a face Norte a mais favorável e adjacente, a oeste, para a captação solar ao longo do ano no território brasileiro. Dessa forma, os painéis solares foram posicionados na cobertura com inclinação e orientação compatíveis com essa diretriz, buscando maximizar a eficiência do sistema e reduzir perdas energéticas.

Optou-se pela utilização do sistema exclusivamente para aquecimento de água, em detrimento da geração de energia elétrica por painéis fotovoltaicos, em razão de sua menor complexidade técnica, menor custo de implantação e manutenção simplificada. Essa decisão está alinhada ao caráter público da edificação e à necessidade de adoção de soluções que apresentem viabilidade econômica e operacional ao longo do tempo, conforme os princípios estabelecidos pela ABNT NBR 5674, que orienta a gestão da manutenção das edificações.

A implantação do sistema também considera as características climáticas locais, marcadas por variações sazonais de radiação solar e períodos chuvosos. Nesse contexto, o aquecimento solar de água apresenta-se como uma solução eficiente e adequada, garantindo



economia de energia convencional sem comprometer a confiabilidade do funcionamento da edificação, mesmo em cenários de restrição orçamentária.

Assim, a adoção das placas solares no projeto contribui para a eficiência energética, redução dos custos operacionais e sustentabilidade ambiental, sem introduzir sistemas de alta complexidade que poderiam comprometer a manutenção futura do equipamento.

3. Captação das águas da chuva

O sistema de captação de águas pluviais foi incorporado ao projeto como estratégia de uso racional dos recursos hídricos, visando a redução do consumo de água potável em atividades que não exigem esse padrão de qualidade. A proposta prevê a coleta da água proveniente das coberturas da edificação, conduzida por calhas e condutores até reservatórios com capacidade de 1.000 L, distribuídos em cada platô da edificação, de acordo com sua implantação em níveis distintos.

A água captada será utilizada exclusivamente para a irrigação dos jardins externos, não sendo destinada ao consumo humano ou a usos internos, o que contribui para a simplificação do sistema, redução de custos de implantação e manutenção e diminuição de riscos sanitários.

A adoção desse sistema está alinhada às diretrizes da ABNT NBR 15527:2007 – Aproveitamento de água de chuva para fins não potáveis, que estabelece critérios para a coleta, armazenamento e uso seguro da água pluvial em edificações. Apesar de a norma apresentar limitações frente a diretrizes internacionais mais recentes, ela permanece como principal referência técnica nacional para esse tipo de solução, conferindo respaldo normativo ao projeto.

A viabilidade da captação de águas pluviais é favorecida pelas características climáticas do município de Ouro Preto (MG), que apresenta elevados índices de precipitação durante a estação chuvosa. Entretanto, reconhece-se a sazonalidade das chuvas e a ocorrência de períodos de estiagem, o que pode limitar a disponibilidade de água armazenada em determinados momentos do ano. Por esse motivo, o sistema foi concebido como solução complementar, sem comprometer o funcionamento da edificação ou do paisagismo em períodos de menor precipitação.

O detalhamento técnico do sistema de captação, armazenamento e distribuição da água pluvial deverá ser desenvolvido em etapa de projeto executivo, conforme as diretrizes estabelecidas pela ABNT NBR 15527.

4. Barreiras auditivas

A adoção de barreiras auditivas vegetais foi prevista no projeto como estratégia complementar de conforto ambiental, especialmente nas áreas externas da edificação. Essa solução busca atenuar a propagação de ruídos provenientes do entorno, ao mesmo tempo em que contribui para a qualificação paisagística, melhoria do microclima e integração da edificação com o ambiente natural.

As barreiras auditivas são constituídas predominantemente por vegetação arbórea e arbustiva, implantada de forma contínua nas áreas externas mais expostas às fontes de ruído. Embora a vegetação, isoladamente, não substitui sistemas construtivos de isolamento acústico, estudos indicam que faixas vegetadas densas podem contribuir para a difusão e absorção parcial das ondas sonoras, reduzindo a percepção do ruído e melhorando o conforto ambiental dos usuários.

A escolha das espécies vegetais considerou a adaptação ao clima e às condições ambientais de Ouro Preto (MG), priorizando espécies nativas ou amplamente adaptadas à região, de fácil manutenção, boa densidade foliar e resistência às variações climáticas. Entre as espécies adequadas para esse tipo de função destacam-se arbustos e árvores de médio porte, com copa densa e folhagem perene ou semi-perene, como:

- Clúsia (*Clusia fluminensis*)
- Murta (*Murraya paniculata*)
- Hibisco (*Hibiscus rosa-sinensis*)
- Pata-de-vaca (*Bauhinia variegata*)
- Manacá-da-serra (*Tibouchina mutabilis*)

Essas espécies apresentam bom desempenho paisagístico, contribuem para a formação de barreiras visuais e sonoras e demandam baixa complexidade de manutenção, fator essencial para edificações públicas.



A proposta está alinhada aos princípios de conforto acústico estabelecidos pela ABNT NBR 10151, que trata da avaliação de ruído em áreas habitadas, ao adotar estratégias passivas de mitigação sonora, especialmente em áreas externas, sem recorrer exclusivamente a soluções construtivas rígidas.

Ressalta-se que o uso de vegetação como barreira auditiva foi concebido como solução complementar, associada ao afastamento da edificação, à setorização funcional e à organização dos fluxos, contribuindo para a melhoria do conforto ambiental sem elevar significativamente os custos de implantação e manutenção. Por se tratar de uma proposta desenvolvida em nível de estudo preliminar, o detalhamento paisagístico — incluindo o espaçamento, o porte final das espécies e o sistema de irrigação — deverá ser aprofundado em etapas posteriores de desenvolvimento do projeto, respeitando as condições do solo, insolação e diretrizes ambientais locais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso evidenciou que a arquitetura pode atuar como instrumento estratégico na promoção da saúde pública, do bem-estar animal e da inclusão social, ao articular demandas técnicas, sanitárias, ambientais e humanas em um único equipamento urbano. A proposta do Centro de Saúde Público Veterinário em Ouro Preto discute que o cuidado com os animais ultrapassa a dimensão assistencial, configurando-se como uma questão social, ética e territorial, diretamente relacionada à qualidade de vida da população, sobretudo em contextos de vulnerabilidade econômica.

A partir da fundamentação teórica, das análises territoriais e do levantamento das políticas públicas e normativas técnicas, foi possível compreender a complexidade da relação homem-animal no contexto urbano e os impactos do abandono animal na saúde coletiva e no ambiente. A consulta a trabalhos acadêmicos desenvolvidos na região, bem como a análise da atuação das ONGs e dos equipamentos existentes, evidenciou lacunas no atendimento veterinário público contínuo, reforçando a necessidade de um equipamento integrado, acessível e socialmente comprometido.

O desenvolvimento do partido arquitetônico buscou responder às condicionantes urbanas, ambientais e legais do terreno e às exigências funcionais de um centro de saúde veterinário. As diretrizes projetuais adotadas, como a setorização dos ambientes, separação de fluxos, valorização das áreas externas e adoção de estratégias passivas de conforto ambiental, visaram garantir eficiência operacional, segurança sanitária e redução do estresse animal, além de promover acolhimento e clareza espacial para os usuários.

O programa de necessidades e a organização espacial foram estruturados para integrar funções clínicas, educativas, comunitárias e administrativas, fortalecendo o equipamento como espaço de cuidado interespecie e de apoio às iniciativas locais de proteção animal. A incorporação de estratégias de sustentabilidade ambiental, racionalização construtiva e viabilidade econômica indica a possibilidade de replicação do modelo em municípios de porte semelhante.

Dessa forma, o Elo de São Francisco (CSPV) consolida-se como um equipamento social urbano capaz de articular saúde animal, saúde humana e responsabilidade ambiental, em



consonância com o conceito de Saúde Única. O projeto reafirma o papel social da arquitetura como mediadora de relações, promotora de cidadania e agente de transformação urbana.

O conjunto completo de desenhos, pranchas e representações gráficas do projeto encontra-se disponível no documento complementar intitulado Caderno do Projeto Arquitetônico – Centro de Saúde Público Veterinário em Ouro Preto, disponibilizado separadamente desta monografia conforme as orientações da biblioteca da Universidade Federal de Ouro Preto.



REFERÊNCIAS

COBASI. Pesquisa nacional sobre abandono de animais no Brasil. São Paulo, 2023.

COSTA, Vilcelânia Alves. O Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró, Rio Grande do Norte e sua relação com o bem estar animal e a comunidade. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Estratégias Sustentáveis de Desenvolvimento do Semiárido) — Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2015.

ULRICH, Roger. View through a window may influence recovery from surgery. *Science*, v. 224, n. 4647, p. 420-421, 1984

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GRANDIN, Temple. Improving animal welfare: a practical approach. Wallingford: CABI, 2014.

SIMON, Fernanda. A invisibilidade dos animais no planejamento urbano. *Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 17, n. 1, p. 45-62, 2022

GOMES, Thalita Kelly Lima. Proposta de Centro de Bem-Estar Animal e Controle de Zoonoses em Ouro Preto/MG. 2022. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – MPMG. Diagnóstico epidemiológico e demográfico da população canina e felina em Ouro Preto/MG. Belo Horizonte, 2018.

PEIXOTO, Guilherme. Abandonados, cães disputam comida em lixão de Ouro Preto. *Jornal Estado de Minas*, 29 set. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/07/29/interna_gerais,1170994/abandonados-caes-disputam-comida-em-lixao-de-ouro-preto.shtml. Acesso em: 19 jul. 2021.

MPMG - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Prefeitura de Ouro Preto assina TAC para regularizar controle populacional de cães e gatos. 2018b. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/prefeitura-de-ouro-preto-assina-tac-para-regularizar-controle-populacional-de-caes-e-gatos.htm>. Acesso em: 12 jul. 2021. MPMG - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna. Belo Horizonte, 2018a.

WHO - World Health Organization. Zoonoses. 09 de jul. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/topics/zoonoses/en/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

ABINPET; INSTITUTO PET BRASIL. *Relatório do setor pet 2024*. São Paulo, 2024.

REVIELLO, Juliana da Silva (org.). *Bem-estar animal: fundamentos e práticas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

SENADO FEDERAL. *Brasil tem terceira maior população pet do mundo*. Brasília, 2024. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/12/brasil-tem-terceira-maior-populacao-pet-do-mundo-veja-os-projetos-do-senado-sobre-o-assunto>. Acesso em: 5 ago. 2025.



COELHO, Marilda. O adoecer animal e as emoções humanas. In: SIMPÓSIO MULTIDISCIPLINAR SOBRE RELAÇÕES HARMÔNICAS ENTRE SERES HUMANOS E ANIMAIS, 1., 2016, Uberlândia. *Anais*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016. p. 9.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde: 2013 – Ciclos de Vida – Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

PRADA, Irvénia L. S. Os animais são seres sencientes. In: SIMPÓSIO MULTIDISCIPLINAR SOBRE RELAÇÕES HARMÔNICAS ENTRE SERES HUMANOS E ANIMAIS, 1., 2016, Uberlândia. *Anais*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016. p. 10.

SCHNEIDER, Tatiane. *Arquitetura de clínicas veterinárias: diretrizes e condicionantes projetuais*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p. 28.

QUEIROZ, Gabriela N. de et al. *Estudo sobre abandono de animais e políticas públicas de proteção*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

FOSSUM, Theresa W. *Cirurgia de pequenos animais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 722 a 734.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE VETERINÁRIA DE PEQUENOS ANIMAIS. Guidelines for design and equipment of veterinary clinics for small animals. 2012. Disponível em: <https://wsava.org>. Acesso em: 8 jul. 2025.

ANDRADE, Julia Perboni; BERTO, Vinícius. Família multiespécies: como os animais de estimação afetam o bem-estar emocional. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 9, n. 11, p. 292–294, nov. 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i11.12305>.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Resolução nº 1275/2019. Normas para instalações e funcionamento de estabelecimentos veterinários. Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Kellen de Sousa. *Manual de boas práticas na criação de animais de estimação: cães e gatos*. Goiânia: CIR Gráfica e Editora, 2019.

SAYURI, Lilian; PIMENTA, Adriane. Relação homem-animal de companhia e o papel do médico veterinário. *Revista V e Z*, nov. 2009, p. 13.

SALES, Luciana Inácia. *A relação ser humano e animal*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

ANDRADE, A. S.; BERTO, M. Famílias multiespécies e vínculos afetivos: uma análise contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Animais*, v. 12, n. 2, p. 45-62, 2023.



HARAWAY, D. The companion species manifesto: dogs, people, and significant otherness. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

MACHADO, F. S. et al. Domesticação de animais e a evolução da relação homem-animal. *Revista de História Natural*, v. 8, n. 1, p. 15-28, 2019.

MELLOR, D. J. Updating animal welfare thinking: Moving beyond the “Five Freedoms” towards “A Life Worth Living”. *Animals*, v. 6, n. 3, p. 21-35, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ani6030021>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PRADA, M. Vínculos afetivos e bem-estar: a influência dos animais de companhia na saúde humana. São Paulo: Editora Simhhanimal, 2016.

QUEIROZ, L. A. et al. Saúde pública e abandono de animais: desafios para o controle de zoonoses. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 28, n. 2, p. 235-247, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.xxxx/xxxxx>. Acesso em: 30 jul. 2025. (Confirmar DOI ou link correto)

SERPELL, J. The domestic dog: its evolution, behavior and interactions with people. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

SIMHHANIMAL. Relatório técnico sobre senciência animal e ética. São Paulo: Simhhanimal, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de manejo de abrigos temporários de cães e gatos. Brasília: MS, 2014.

CFMV – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Resoluções e recomendações para o manejo de animais em abrigos. Brasília, 2018.

CONAMA. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a destinação de resíduos dos serviços de saúde.

OURO PRETO (MG). Decreto Municipal nº 6.964, de 11 de maio de 2023. Estabelece o uso do Protocolo RED e regulamenta a finalidade do Centro de Acolhimento Transitório e Adoção (CATA). Diário Oficial do Município de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 11 maio 2023. p. 1-4. Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/diario-oficial/2023/decreto-6964-2023.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

OURO PRETO (MG). Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal. Ouro Preto: PMOP, 2023.

RSPCA. Guidelines for the design and management of animal shelters. Reino Unido: RSPCA, 2010.

ALVES, J. R. et al. Comportamento e bem-estar de cães em ambientes urbanos. *Revista Brasileira de Medicina Veterinária*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 72–80, 2013.

BROOM, D. M. Indicators of poor welfare. *British Veterinary Journal*, London, v. 142, n. 6, p. 524–526, 1986.

BRAMBELL, F. W. R. *Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals kept under Intensive Livestock Husbandry Systems*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1965.



ICAM – International Companion Animal Management Coalition. *Humane dog population management guidance*. London: ICAM, 2007.

MACHADO, J. C. et al. Manejo ambiental para promoção do bem-estar de gatos domésticos. *Revista Clínica Veterinária*, São Paulo, v. 24, n. 143, p. 3–10, 2019.

MELLOR, D. J. Updating animal welfare thinking: moving beyond the “Five Freedoms” towards “A Life Worth Living”. *Animals*, Basel, v. 6, n. 3, p. 21–25, 2016.

SAMPAIO, L. C. et al. Impacto do ambiente no bem-estar de cães e gatos em abrigos. *Animal Welfare Journal*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 1–8, 2018.

WELLS, D. L. The influence of toys on the behaviour and welfare of kennelled dogs. *Animal Welfare*, Cambridge, v. 13, n. 3, p. 307–317, 2004.

GONÇALVES, J. C. et al. Esporotricose felina, o gato e a comunidade. *Enciclopédia Biosfera*, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 16, n. 29, p. 769–787, 2019 Brazilian Journals+10mathewsopenaccess.com+10RSD Journal+10.

GONDIM; LEITE. Esporotricose em felinos domésticos: gatos com acesso à rua como vetores zoonóticos. *Revista mv&z*, São Paulo, v. 21, e38419, 2023 revistamvez-crmvsp.com.br.

SYKES, Jane E. (Ed.). *Greene’s Infectious Diseases of the Dog and Cat*. 5. ed. St. Louis: Elsevier Saunders, 2022 PMC+9shop.elsevier.com+9Scribd+9.

O TEMPO. *PBH investe R\$ 2 milhões para manter hospital veterinário gratuito em BH*. 25 jul. 2025. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/2025/7/25/prefeitura-investe-r-2-milhoes-para-manter-hospital-veterinario-gratuito-em-bh>. Acesso em: 2 ago. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Atendimentos no Complexo Público Veterinário*. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/atendimentos-no-complexo-publico-veterinario>. Acesso em: 2 ago. 2025.

OURO PRETO (MG). Decreto Municipal nº 6.964, de 11 de maio de 2023. Estabelece o uso do Protocolo RED e regulamenta a finalidade do CATA. Ouro Preto: PMOP, 2023.

RCHDAILY. *Palm Springs Animal Care Facility / Swatt | Miers Architects*. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com/174722/palm-springs-animal-care-facility-swatt-miers-architects>. Acesso em: 16 jun. 2025.

EM. Hospital Público Veterinário de BH fecha no fim do ano e surpreende tutores. *Estado de Minas*, 28 dez. 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2024/12/7022291-hospital-publico-veterinario-de-bh-fecha-no-fim-do-ano-e-surpreende-tutores.html>. Acesso em: 07 ago. 2025.



ITATIAIA. Veja hospitais veterinários gratuitos para levar seu pet em BH e região. *Rádio Itatiaia*, 02 abr. 2024. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/cidades/2024/04/02/veja-hospitais-veterinarios-gratuitos-para-levar-seu-pet-em-bh-e-regiao/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Atendimentos no Complexo Público Veterinário. *Portal PBH*, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/atendimentos-no-complexo-publico-veterinario>. Acesso em: 07 ago. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Hospital Veterinário já atendeu mais de 7.380 cães e gatos neste ano. *Portal PBH*, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/hospital-veterinario-ja-atendeu-mais-de-7380-caes-e-gatos-neste-ano>. Acesso em: 07 ago. 2025.

HISTÓRIA ANTIGA. *Rotas de Transporte do Ouro no Brasil Colonial: Logística e Desafios*. Disponível em: <https://www.historiaantiga.com/rotas-transporte-ouro-brasil-colonial-logistica-desafios/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SANTOS NETO, Thais Cristina dos. Centro de acolhimento transitório e adoção para animais em situação de rua em Itabirito/MG. Ouro Preto: UFOP, 2023. Trabalho Final de Graduação – Universidade Federal de Ouro Preto.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15220-3:2005** – Desempenho térmico de edificações – Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro: ABNT.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5674:2012** – Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção. Rio de Janeiro: ABNT.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10151:2019** – Acústica — Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em ambientes externos e internos. Rio de Janeiro: ABNT.

KHAN, S. A. et al. *Use of vegetation as a noise barrier*. *Journal of Environmental Planning and Management*, 2023.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2016.



REFERÊNCIAS DE IMAGENS

MEDH PET. Conheça a nossa Unidade. 2025. Vídeo (01;35 min). Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DF31HuBMKZD/?igsh=MWtwY3c1bmI4NTU2MA==>. Acesso em 21 jul. 2025

NEWS TEC. Como fazer um playground para cachorro. News Tec, [S.l.], —. Disponível em: <https://news.tec.br/como-fazer-um-playground-para-cachorro/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

DIAS, Claudia (2020). Felinos reinam: como ter um playground para gatos dentro de casa. UOL Nossa Casa. Disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2020/09/22/felinos-reinam-como-ter-um-playground-para-gatos-dentro-de-casa.htm>. Acesso em: 6 ago. 2025.

BLOG PETIKO (2020). Bem-Estar Animal: 5 Liberdades a Serem Respeitadas. Disponível em: <https://blog.petiko.com.br/bem-estar-animal-5-liberdades/> . Acesso em: 6 ago. 2025.

APÊNDICE

Apêndice 01: Tabela do Programa de Projeto

Ambientes Essenciais e suas Áreas Mínimas Sugeridas											
SETOR	AMBIENTES	FUNÇÃO	NORMAS APLICÁVEIS	PRINCIPAIS EXIGÊNCIAS	MOBILIÁRIO	ÁREA ÚTIL (m²)	QTD	PREVISÃO ÁREA TOTAL	ÁREA TOTAL LIQUIDA(25)	ÁREA TOTAL TERRENO (2.574,47 m²)	
Atendimento Ambulatorial	Recepção, Arquivo e Sala de Espera	Cadastro e triagem inicial	RDC 50/2002, p. 55-56; ABNT NBR 9050:2020, p. 57-65; Res. CFMV 1.321/2020, art. 8º; Lei 271/2006 Ouro Preto, p. 25-26	Deve possuir acesso acessível, balcão com altura entre 0,75-0,90 m, área de espera com ventilação natural e iluminação ≥ 200 lux, piso lavável, paredes até 1,50 m com revestimento impermeável. Além de apresentar sinalização vertical e horisontal para deficientes.	Balcão de atendimento, cadeiras, arquivo, painel informativo, bebedouro, mesa de apoio.	15	2	30	82		
	Sala de Triagem	Avaliação prévia	RDC 50/2002, p. 55-56; Res. CFMV 1.321/2020, art. 8º	Ambiente de uso restrito, iluminação direta, lavatório com acionamento não manual, ponto de energia e ventilação natural.	Mesa, maca, pia com acionamento não manual, armário.	8	1	8			
	Consultórios Clínicos	Atendimentos gerais	RDC 50/2002, p. 55-57; Res. CFMV 1.321/2020, art. 8º	Cada sala deve ter no mínimo 6 m², lavatório com torneira não manual, revestimento lavável, ventilação natural ou forçada.	Mesa, maca, pia, armário, computador.	6	4	24			
	Sala de observação	Monitoramento durante e pós medicação	RDC 50/2002, p. 58; Res. CFMV 1.321/2020, art. 11º	Ventilação natural cruzada, piso impermeável, espaço para circulação de equipe e suporte de soro.	Macas, suporte de soro, armário.	8	1	8			
	Banheiros Feminino e Masculino	Para atender os acompanhantes e tutores	ABNT NBR 9050:2020, p. 90-96; Lei 271/2006 Ouro Preto, p. 25-26	Deve haver ao menos 1 banheiro acessível; dimensões mínimas conforme NBR 9050; piso antiderrapante, ventilação natural e barras de apoio.	Lavatório, vaso, barras de apoio, espelho, lixeira.	6	2	12			
Diagnóstico	Ambulatório básico de análises clínicas	Exames clínicos simples	RDC 50/2002, p. 88-90 (serviços de diagnóstico e apoio técnico); RDC 222/2018, p. 6-13 (gerenciamento de resíduos); NR 32, p. 4-10 (biossegurança); Res. CFMV 1.321/2020, art. 8º	Revestimentos laváveis até o teto; bancadas em material não poroso (granito/inox); iluminação ≥ 500 lux; ponto de água fria e quente; lavatório com acionamento não manual; área mínima de 8 m²; PGRSS implantado.	Bancadas em inox ou granito, microscópio, centrífuga, pia com acionamento não manual, armários para reagentes, lixeira infectante.	8	1	8	20		
	Sala de exames de imagem	Realização de radiografias e ultrassonografias	RDC 50/2002, p. 92-94 (instalações de imagem); NR 32, p. 6-10 (proteção radiológica); Res. CFMV 1.321/2020, art. 8º	Paredes com barreira de chumbo (no caso de radiologia); iluminação controlada; sinalização de segurança; ventilação adequada; acesso restrito; armazenamento separado de reagentes químicos; piso e parede laváveis.	Aparelho de raio-x, ultrassom, bancada, maca, armário para EPIs, suporte de soro, pia com acionamento não manual.	12	1	12			
Centro Cirúrgico	Tricotomia e Antissepsia	Limpeza e preparação para a cirurgia	RDC 50/2002, p. 80-81 (pré-operatório e antissepsia); Res. CFMV 1.321/2020, art. 10º (preparo cirúrgico); NR 32, p. 4-5 (biossegurança)	Deve estar anexa ao centro cirúrgico; conter pia com acionamento não manual, piso e parede laváveis; iluminação ≥ 300 lux; ventilação natural ou exaustão.	Bancada, pia, suporte de soro, armário para tricotomia, carrinho de instrumentos.	6	1	6	64		
	Sala de pré-operatório	Asepsia e medicação pré-operatória	RDC 50/2002, p. 80-81; NR 32, p. 4-6; Res. CFMV 1.321/2020, art. 10º	Deve possuir pia com acionamento não manual, armário para medicamentos e área mínima de 6 m²; iluminação ≥ 300 lux; área limpa separada da suja.	Mesa, maca, armário, pia, suporte de soro.	6	1	6			
	Centro cirúrgico	Cirurgias de baixa e média complexidade	RDC 50/2002, p. 82-86 (salas cirúrgicas); Res. CFMV 1.321/2020, art. 10º; NR 32, p. 6-10; RDC 222/2018, p. 10-13	Área mínima 12 m² por sala; fluxo unidirecional (entrada de material limpo e saída de sujo por portas separadas); piso monolítico, sem ralos centrais; temperatura 20-22°C; iluminação ≥ 1000 lux; ponto de gases medicinais e ventilação controlada.	Mesa cirúrgica, foco cirúrgico, suporte de soro, pia cirúrgica, armário para instrumentos, carrinho de anestesia, lixeira hospitalar.	12	2	24			
	Pós-operatório	Monitoramento pós-operatório	RDC 50/2002, p. 86-87 (recuperação anestésica); Res. CFMV 1.321/2020, art. 11º; NR 32, p. 4-5	Deve possuir ventilação cruzada, piso impermeável, iluminação ≥ 300 lux; próxima ao centro cirúrgico; deve permitir observação contínua dos animais.	Macas, suporte de soro, armário, bancada.	8	1	8			
	Vestiaro e Sanitário	Troca de roupas e higienização da equipe cirúrgica	NR 24, p. 2-6; RDC 50/2002, p. 97-98 (apoio técnico); NR 32, p. 4-6	Acesso direto ao bloco cirúrgico; vestiário com chuveiro e armários individuais, sanitário separado; piso lavável e ventilação adequada.	Armários individuais, bancos, chuveiro, pia, vaso sanitário.	10	2	20			
Internação Simplificada	Sala de Higienização	Lavagem e higienização de instrumentos e materiais	RDC 50/2002 (p. 89-92); NR 32 (p. 8-9)	Pia de tanque inox; ventilação natural/meccânica; piso e parede laváveis; separação física entre materiais limpos e sujos.	Tanque inox, bancada, suporte para EPI, lixeira hospitalar.	5	1	5	223		
	Farmácia para cães e gatos	Armazenamento de Medicamentos	Res. CFMV nº 1.321/2020 (art. 14 e 17); RDC 50/2002 (p. 94); RDC 301/2022 (p. 33-34)	Paredes e pisos impermeáveis; boa ventilação e drenagem; iluminação ≥ 300 lux; armários fechados para medicação; pia para higienização das mãos; proximidade com o centro cirúrgico; acesso restrito a pessoal autorizado.	-	10	1	10			
	Unidade de Terapia Intensiva (UTI)	Atendimento intensivo a pacientes críticos	RDC 50/2002, p. 86-87 (recuperação/UTI); Res. CFMV 1.321/2020, art. 15º; NR 32, p. 5-8	Área mínima 10 m²; ventilação controlada e temperatura estável (20-22°C); iluminação ≥ 500 lux; ponto de oxigênio e vácuo; fluxo contínuo de observação; revestimentos impermeáveis.	Macas, gaiolas UTI, suporte de soro, foco móvel, bancada, equipamentos de oxigênio.	10	2	20			
	Quartos de isolamento para doenças infectocontagiosas	Internação de animais com doenças transmissíveis	Res. CFMV 1.321/2020, art. 16º; RDC 50/2002, p. 96-98; NR 32, p. 7-8; RDC 222/2018, p. 9-13	Acesso restrito e separado; ventilação independente com exaustão; piso e parede laváveis; barreira sanitária (lavagem de mãos e troca de EPIs); iluminação ≥ 300 lux; área mínima 10 m².	Baixas ou gaiolas, pia com acionamento não manual, lixeira infectante, armário para EPIs.	10	2	20			
	Áreas Livres para os Animais em tratamento	Cão (compartilhado)	Para os animais em tratamento que precise ficar internados	Res. CFMV 1.321/2020, art. 12-14; RDC 50/2002, p. 94-96 (internação); NR 32, p. 6-9	Ventilação natural e/ou exaustão mecânica; piso e paredes laváveis; box individual com drenagem e vedação; iluminação ≥ 300 lux; área mínima 1,5 m² por box; barreira física entre sujo/limpo.	Baixas de alvenaria ou aço inox, comedouros, bebedouros, suporte de soro, bancada de medicação.	100	1			100
		Gato (compartilhado)	Para os animais em tratamento que precise ficar internados	Res. CFMV 1.321/2020, art. 14º; RDC 50/2002, p. 95; NR 32, p. 7-9	Separada da internação de cães; isolamento acústico; temperatura controlada (22-24°C); área mínima 1 m² por gaiola; piso e paredes laváveis; iluminação ≥ 200 lux.	Gaiolas individuais em inox, suporte de soro, bancada, armário.	50	1			50
	Banheiros Feminino e Masculino	Para atender os acompanhantes e tutores	ABNT NBR 9050:2020, p. 90-96; Lei 271/2006 Ouro Preto, p. 25-26	Deve haver ao menos 1 banheiro acessível; dimensões mínimas conforme NBR 9050; piso antiderrapante, ventilação natural e barras de apoio.	Lavatório, vaso, barras de apoio, espelho, lixeira.	6	2	12			
Deposito de ração	Armazenamento de ração seca e úmida	Código Sanitário de Ouro Preto, art. 83; RDC 275/2002	Local seco, ventilado, protegido contra pragas; piso lavável; prateleiras elevadas do solo.	Prateleiras metálicas, balança, recipientes herméticos.	6	1	6				
Técnico	Necropsia / Armazenamento Frio	Exame anatopatológico, diagnóstico de óbitos. E Conservação temporária de cadáveres e amostras biológicas	NR-32 (segurança, proteção ocupacional); RDC 222/2018 (resíduos e acondicionamento — material biológico); Res. CFMV 1.321/2020 (procedimentos veterinários e responsabilidades); RDC 222/2018 (PGRSS e acondicionamento); NR-32 (segurança).	- Sala separada, ventilação mecânica com exaustão direta para ambiente externo (não recircular), fluxo negativo de ar; bancada de necropsia em material lavável/inox com ralo e sistema de drenagem separado; tanque para lavagem, lavadora de instrumentos. - Refrigeração/armazenamento temporário de cadáveres em câmara frigorífica (temperatura controlada) com identificação e controle de acesso. - PGRSS aplicado (segregação de resíduos, embalagens, transporte interno) - Câmara frigorífica dedicada para cadáveres com controle de temperatura, área trancada e identificável; registro de entrada/saída; superfície interior lavável; ventilação adequada; sistema de contenção de fluidos.	Mesa/bancada de necropsia inox com dreno, faca e instrumentos de necropsia, câmara frigorífica (freezer ou câmara 2-8°C para armazenamento temporário), carrinho de transporte, tanque de lavagem, EPI completo. Câmara frigorífica ou freezer com capacidade adequada, prateleiras, etiquetas, sistema de registro.	6	2	12	28		
	Depósito e PGRSS	Armazenamento temporário de RSS	RDC 222/2018 (p. 9-13); NR 32 (p. 9-10); PGRSS Ouro Preto (art. 4º)	Piso e parede laváveis; ventilação natural; recipientes identificados; acesso restrito; área mínima 6 m².	Lixeiras de resíduos infectantes, perfurocortantes, comuns, prateleiras.	6	1	6			
	Depósito de Equipamentos	Armazenamento de equipamentos e materiais de uso eventual	RDC 50/2002 (p. 98); NR 24 (condições sanitárias)	Área seca e ventilada; prateleiras metálicas; controle de inventário.	Estantes metálicas, armários, suporte de equipamentos.	10	1	10			
Apoio	Farmácia	Armazenar e dispensar medicamentos	RDC 50/2002 (p. 93-95); Res. CFMV 1.321/2020 (art. 13)	Controle de temperatura (18-25°C); ventilação; piso lavável; armário para medicamentos controlados; registro de entrada e saída.	Bancada, armários, geladeira, computador, prateleiras.	10	1	10	55		
	Deposito de ração	Armazenamento de ração seca e úmida	Código Sanitário de Ouro Preto, art. 83; RDC 275/2002	Local seco, ventilado, protegido contra pragas; piso lavável; prateleiras elevadas do solo.	Prateleiras metálicas, balança, recipientes herméticos.	6	1	6			
	Depósito de materiais, almoxarifado e lavanderia (DML)	Lavagem de panos e utensílios não contaminados	RDC 50/2002 (p. 91); NR 32 (p. 10)	Pia dupla; ventilação natural; piso antiderrapante; área separada de áreas limpas; tanque e prateleiras.	Tanque, armário, suporte de produtos de limpeza.	3	1	3			
	Copa e refeitório para funcionários	Alimentação e descanso rápido dos funcionários	NR 24 (p. 5-7); Código Sanitário OP (art. 66)	Ventilação natural; revestimento lavável até 1,5 m; pia; geladeira; micro-ondas.	Mesa, cadeiras, pia, geladeira, armário.	10	1	10			
	Vestiaro	Troca de roupas e higiene dos funcionários	NR 24 (p. 8-9); NBR 9050 (acessibilidade)	Separação por gênero; chuveiro, lavatório e sanitário; piso antiderrapante; acesso universal.	Bancos, cabides, armários individuais, chuveiro.	8	2	16			
	Sala de descanso e dormitório	Repouso de plantonistas e equipe noturna	RDC 50/2002 (p. 89); NR 32	Ventilação natural; iluminação controlada; mobiliário ergonômico; silêncio e isolamento acústico.	Beliches, armário, ventilador, mesa.	10	1	10			
Administrativo	Escritórios para recepção de documentos e registros	Atividades administrativas e registros	RDC 50/2002 (p. 97); NR 17 (ergonomia)	Ventilação natural; iluminação ≥ 300 lux; mobiliário ergonômico.	Mesas, cadeiras giratórias, armário, computador.	10	1	10	40		
	Sala de reuniões	Reuniões administrativas e com ONGs	RDC 50/2002; NR 17	Acústica adequada; ventilação; acessibilidade; equipamentos audiovisuais.	Mesa grande, cadeiras, projetor, tela.	18	1	18			
	Almoxarifado	-	-	-	-	6	1	6			
	Diretoria	-	-	-	-	6	1	6			
Causa Sociais	Sala Multiuso / Educação Comunitária	Oficinas, palestras, microchipagem e educação ambiental	Plano Diretor (art. 70-72); NBR 9050	Espaço flexível; piso lavável; iluminação natural; pontos elétricos.	Cadeiras móveis, mesa dobrável, quadro, projetor.	12	1	12	242		
	Depósito Comunitário	Armazenar doações e materiais de ONG	Código Sanitário OP (art. 87)	Piso lavável; ventilação natural; acesso restrito.	Prateleiras, armários.	6	3	18			
	Abrigo e Adoção de Cão	Espaço de convivência e adoção	Res. CFMV 1.321/2020 (art. 15-17)	Espaço aberto, drenagem, sombra, área mínima 100 m²; separação por porte; abrigo coberto.	Canis, bancos, bebedouros, árvores.	100	1	100			
	Abrigo e adoção de Gatos	Espaço de convivência e adoção	Res. CFMV 1.321/2020	Espaço fechado ou semifechado; enriquecimento ambiental; área mínima 100 m².	Gatis, prateleiras, arranhadores, caixas.	100	1	100			
	Banheiros Feminino e Masculino	Para atender os acompanhantes e tutores	ABNT NBR 9050:2020, p. 90-96; Lei 271/2006 Ouro Preto, p. 25-26	Deve haver ao menos 1 banheiro acessível; dimensões mínimas conforme NBR 9050; piso antiderrapante, ventilação natural e barras de apoio.	Lavatório, vaso, barras de apoio, espelho, lixeira.	6	2	12			
Área Externa	Praça e Eventos	Espaço de lazer, descanso e eventos comunitários	Plano Diretor OP (art. 72 e 110); NBR 9050	Acessos pavimentados; arborização; mobiliário urbano; área permeável ≥ 30%.	-	-	400	700			
	Estacionamento	Local de estacionamento para veículos do público geral	Lei de Uso e Ocupação do Solo OP (1 vaga/150 m²); NBR 9050 (acessibilidade)	5 vagas carros (2 PCD, 1 carga/descarga); piso drenante; sinalização horizontal/vertical.	-	-	300				

Fonte: Produzido pela autora por meio de normas técnicas e leis